**CENTRO UNIVERSITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO
ITAJAÍ – UNIDAVI**

JULIA NAYARA DO NASCIMENTO

BREVE ANÁLISE ACERCA DA EXCLUSÃO DE SÓCIO NA LIMITADA

**Rio do Sul
2022**

JULIA NAYARA DO NASCIMENTO

BREVE ANÁLISE ACERCA DA EXCLUSÃO DE SÓCIO NA LIMITADA

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito, pelo Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí - UNIDAVI

Orientador: Prof. Dr. Daniel Mayerle

Rio do Sul

2022

**CENTRO UNIVERSITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO
ITAJAÍ – UNIDAVI**

A monografia intitulada “**BREVE ANÁLISE ACERCA DA EXCLUSÃO DE SÓCIO NA LIMITADA**”, elaborada pelo(a) acadêmico(a) NOME COMPLETO, foi considerada

APROVADA

REPROVADA

por todos os membros da banca examinadora para a obtenção do título de BACHAREL EM DIREITO, merecendo nota _____.

_____, _____ de _____ de _____.

Prof. Vanessa Cristina Bauer
Coordenador do Curso de Direito

Apresentação realizada na presença dos seguintes membros da banca:

Presidente: _____

Membro: _____

Membro: _____

TERMO DE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaro, para todos os fins de direito, que assumo total responsabilidade pelo aporte ideológico conferido ao presente trabalho, isentando o Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí, a Coordenação do Curso de Direito, a Banca Examinadora e o Orientador de toda e qualquer responsabilidade acerca do mesmo.

Rio do Sul, 04 de novembro de 2022.

Julia Nayara do Nascimento
Acadêmico(a)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, pela minha vida, pelo cuidado e por ter permitido cumprir com todos os desafios propostos ao longo dos meus anos de estudo.

Aos meus pais, Julio Cesar do Nascimento e Eliane Heinz do Nascimento por sempre acreditarem no meu potencial, me incentivando e investindo em meus estudos. Vocês são responsáveis por me ensinar princípios que levarei comigo por toda minha vida profissional, incentivando-me em todos os momentos.

A minha Irmã Gabriele Eduarda do Nascimento, por todo o companheirismo, cumplicidade e paciência, ao meu cunhado Matheus Minatti Medeiros, por todo companheirismo e auxílio neste trabalho. A minha sogra Sandra Schotten Rodrigues, por todo seu cuidado, carinho e incentivo.

Ao meu companheiro Eduardo Rodrigues, que sempre foi paciente e compreensivo, por entender meu tempo dedicada aos estudos, que por tantas vezes me incentivou a continuar sempre acreditando e exaltando minhas qualidades.

Também ao meu orientador Prof. Dr. Daniel Mayerle, por todo o suporte e conhecimento prestado durante a elaboração deste trabalho, por ter me orientado com tamanha agilidade e paciência.

Estendo meus agradecimentos a todos meus amigos e colegas de classe, com quem convivi ao longo desses anos de curso, que sempre me apoiaram e lutaram junto comigo, na mesma direção e aos meus professores por me proporcionarem o conhecimento não apenas racional, mas também o caráter e afetividade no processo de formação profissional.

Aos meus colegas de profissão, principalmente Maria Bruna Apolinário e Natalia Lauret Machado, por toda convivência e aprendizado.

Esse trabalho também tem um pouco de cada um de vocês.

Muito Obrigada!

RESUMO

A maior parte das empresas no Brasil são constituídas sob a forma de sociedade limitada, trazendo extrema importância nas atividades econômicas do país. Nesta senda, a exclusão de sócio na sociedade mostra-se como um relevante instrumento de proteção da empresa que, ao invés de se dissolver, opta pela exclusão do sócio, afastando o risco para a continuidade da empresa. Nesse contexto, o objetivo central do presente Trabalho de Conclusão de Curso é analisar o instituto da exclusão de sócio na sociedade limitada, utilizando-se do método indutivo através do procedimento monográfico e coleta de dados por meio da pesquisa bibliográfica. Inicialmente, foram abordados os principais pontos para a melhor compreensão sobre a sociedade limitada. Após, discorreu-se acerca do instituto da exclusão de sócios, bem como as possibilidades de exclusão tanto judiciais quanto extrajudiciais. Por fim, foram abordadas a dissolução parcial e a apuração de haveres, através de análises doutrinárias. Concluiu-se que a utilização do instituto da exclusão de sócio, perante a natureza plurilateral do contrato social, não rompe o contrato social, apenas extingue parcialmente o vínculo societário, cessando em relação ao sócio que é retirado da sociedade, ressaltando a importância da exclusão como instrumento de proteção a sociedade.

Palavras-chave: Sociedade limitada. Exclusão de Sócios. Dissolução parcial. Apuração de Haveres.

**ABSTRACT (ou) RESUMEN (ou) RÉSUMÉ (ou) RIASSUNTO (ou)
ZUSAMMENFASSUNG**

Most companies in Brazil are incorporated in the form of limited liability companies, bringing extreme importance to the country's economic activities. In this way, the exclusion of a partner in the company is shown as a relevant instrument of protection of the company that, instead of dissolving, opts for the exclusion of the partner, removing the risk for the continuity of the company. In this context, the main objective of this Course Completion Work is to analyze the institute of partner exclusion in limited liability company, using the inductive method through the monographic procedure and data collection through bibliographic research. Initially, the main points for a better understanding of the limited liability company were addressed. Afterwards, the institute of exclusion of partners was discussed, as well as the possibilities of exclusion both judicial and extrajudicial. Finally, the partial dissolution and the determination of assets were addressed, through doctrinal analyses. It was concluded that the use of the partner exclusion institute, given the plurilateral nature of the social contract, does not break the social contract, it only partially extinguishes the corporate bond, ceasing in relation to the partner who is withdrawn from the company, highlighting the importance of exclusion as an instrument to protect society.

Palavras-chave: Limited company. exclusion of partners. partial dissolution. determination of assets.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. CONSIDERAÇÕES ELEMENTARES SOBRE A SOCIEDADE LIMITADA	11
2.1 Notas acerca da atividade empresarial e sociedade empresária	11
2.2 Apontamentos sobre a sociedade limitada e sua tipologia legal	12
2.3 A sociedade limitada e sua constituição.....	14
2.4 Sobre o nome empresarial e a responsabilidade dos sócios na sociedade limitada	16
2.5 Administração da sociedade limitada	21
3. ELEMENTOS SOBRE A EXCLUSÃO DE SÓCIOS	28
3.1 Exclusão por não integralização do valor subscrito.....	30
3.2 falências do sócio ou cuja quota foi liquidada por um credor	32
3.3 Exclusão por falta grave	35
3.4 Exclusão por incapacidade superveniente	38
3.5 Exclusão de sócios por justa causa	39
3.6 Exclusão do Sócio Minoritário	41
4 APORTES SOBRE A EXCLUSÃO DO SÓCIO DA LIMITADA.....	44
4.1 Procedimento para a exclusão	44
4.2 Apuração de Haveres.....	52
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS.....	60

1. INTRODUÇÃO

O objeto do presente Trabalho de Curso é realizar uma breve análise sobre a exclusão de sócio na limitada.

O seu objetivo institucional é a produção do Trabalho de Curso como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel em Direito pelo Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí – UNIDAVI.

O objetivo geral deste trabalho de curso é investigar a possibilidade da exclusão de sócios na limitada.

Os objetivos específicos são: a) analisar aspectos gerais da sociedade limitada; b) discutir os elementos e as formas de exclusão de sócios; c) demonstrar o procedimento para a exclusão de sócio, bem como a dissolução parcial e consequentemente a apuração de haveres.

Na delimitação do tema levanta-se o seguinte problema: Existe a possibilidade de exclusão de sócio na sociedade limitada?

Para o equacionamento do problema levanta-se a seguinte hipótese:

Supõe-se que, objetivando a continuidade da pessoa jurídica, exista a possibilidade da exclusão de sócios na sociedade limitada.

O Método de abordagem a ser utilizado na elaboração desse trabalho de curso será o indutivo; o Método de procedimento será o monográfico. O levantamento de dados será através da técnica da pesquisa bibliográfica.

A sociedade, no desenvolvimento de sua atividade de empresa e em razão de seu aspecto institucional, deve desempenhar uma função social, sendo um agente econômico de extrema importância. Não é apenas suficiente gerar lucros a seus sócios pois, é dever desta também gerar empregos, movimentar a economia, dentre outras funções.

Nesse contexto, a exclusão de sócio surge com intuito de preservar a empresa e conservar a atividade empresarial justamente em função dos interesses que a envolvem. Possibilitando o desligamento do sócio da sociedade sem que seja encerrada, optando pela dissolução parcial.

Principia-se, no Capítulo 1, com as considerações sobre os aspectos gerais da sociedade limitada, quanto a sua classificação, características, ato constitutivo, explanando as principais características desse tipo societário, para trazer uma melhor compreensão da aplicação da exclusão de sócio.

O Capítulo 2 trata do instituto da exclusão de sócio e das hipóteses em que em ocorre a exclusão de sócio, tanto pelas vias judiciais quanto extrajudiciais.

O Capítulo 3 dedica-se a dissolução parcial de sociedade limitada decorrente da exclusão de sócio, bem como a apuração de haveres, seus critérios e como se procede seu pagamento.

O presente Trabalho de Curso encerrar-se-á com as Considerações Finais nas quais serão apresentados pontos essenciais destacados dos estudos e das reflexões realizados sobre exclusão de sócio na sociedade limitada.

2. CONSIDERAÇÕES ELEMENTARES SOBRE A SOCIEDADE LIMITADA

2.1 NOTAS ACERCA DA ATIVIDADE EMPRESARIAL E SOCIEDADE EMPRESÁRIA

Os bens e serviços essenciais ao nosso cotidiano (como por exemplo: vestuário, saúde, lazer, educação.) “são produzidos em organizações econômicas especializadas e negociados no mercado”. E cabe aos empresários, coordenar a estrutura dessas organizações.¹

O exercício dessa atividade econômica, de forma organizada e com a finalidade de produzir e circular bens e serviços avaliáveis patrimonialmente recebe a intitulação de empresa.

Como previsto no artigo 966 do Código Civil² o empresário é definido como o profissional que exerce “atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.”

Sendo assim, a empresa é uma instituição jurídica caracterizada pela atividade econômica organizada e desenvolvida pelo empresário, esse proprietário dos bens produtivos e conseqüentemente detentor dos riscos e resultados negociais.³

Interessante apresentar o conceito sociotécnico de Chiavenato⁴, para quem a empresa “consiste em uma combinação administrativa de tecnologia e de pessoas, de tal forma que ambos os lados se acham intimamente inter-relacionados.”

Conforme entendimento de Fábio Ulhoa Coelho pode-se entender como sociedade empresária a “pessoa jurídica de direito privado não estatal, que explora empresarialmente seu objeto social ou adota forma de sociedade por ações”.⁵

¹ COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de Direito Comercial**: Direito de Empresa. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021. P. 39

² Art. 966. Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.

Parágrafo único. Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.

BRASIL. **Lei n. 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/10406.htm. Acesso em: 04 abr. 2022.

³ DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro** - Direito de Empresa. São Paulo: Editora Saraiva, 2017. P. 37

⁴ CHIAVENATO, Idalberto. **Administração: Teoria, Processo e Prática**. São Paulo: Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786559773305. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559773305/>. Acesso em: 01 nov. 2022.

⁵ COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de Direito Comercial**: Direito de Empresa. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021. P. 131

2.2 APONTAMENTOS SOBRE A SOCIEDADE LIMITADA E SUA TIPOLOGIA LEGAL

Trazendo regime de responsabilidade limitada e conseqüentemente o risco da atividade empresarial a sociedade limitada foi criada com intuito de delimitar a separação entre o patrimônio social e dos sócios, em decorrência a isso tem-se como um dos tipos societários mais importantes do ordenamento jurídico, e uma das formas mais adotadas pelas sociedades.

No Brasil, esta forma societária foi adotada pela legislação em 1919, através do Decreto nº 3.708/1919, à época denominada como Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada, atualmente revogado pelo Código Civil de 2002 de modo que passou a chamar-se Sociedade Limitada, tornando-se popular devido sua evidente diferenciação entre o patrimônio da sociedade e o patrimônio dos sócios.⁶

Ocorreu a reformulação de sua estrutura, incorporando orientações doutrinárias e jurisprudenciais sobre, por exemplo, margem para optar por quotas iguais ou desiguais, nomeação de terceiros para a gestão, redução e aumento do capital social, admissão de novos sócios entre outros.⁷

A criação da Sociedade Limitada assegurou a diminuição dos riscos das atividades empresariais, no qual a responsabilidade do sócio é limitada ao valor de suas quotas sociais que subscreveram ou devem integralizar, gerando assim separação entre o patrimônio do sócio e da sociedade.⁸

Com a possibilidade de ser composta por uma ou mais pessoas naturais ou jurídicas, a sociedade limitada, leva em consideração as alterações trazidas pela lei 13.874/2019, a qual assegurou a figura da sociedade unipessoal que funciona como um conjunto unitário, contendo um sócio e um só quotista.⁹

⁶ BECKER, Rosangela Erhardt. **A Quebra da Affectio Societatis Como Justa Causa para Exclusão de Sócio de Sociedade Limitada**. 2011. 87 f. TCC (Graduação em Direito) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2011. P. 14

⁷ DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro - Direito de Empresa**. São Paulo: Editora Saraiva, 2017. P. 358

⁸ MAMEDE, Gladston. **Direito Empresarial Brasileiro - Direito Societário**. São Paulo: Grupo GEN, 2021. 9788597027280. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597027280/>. Acesso em: 04 abr. 2022.

⁹ MAMEDE, Gladston. **Direito Empresarial Brasileiro - Direito Societário**. São Paulo: Grupo GEN, 2021. 9788597027280. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597027280/>. Acesso em: 04 abr. 2022.

Regulada pelos artigos 1.052 a 1.087 do Código Civil, aplica-se subsidiariamente às regras da sociedade simples, conforme prevê o artigo 1.053 do Código Civil:

Art. 1.053. “A sociedade limitada rege-se, nas omissões deste Capítulo, pelas normas da sociedade simples. Parágrafo único. O contrato social poderá prever a regência supletiva da sociedade limitada pelas normas da sociedade anônima.”¹⁰

Tal aplicação suplementar da norma das sociedades simples ocorre visto pontos em comum entre os dois tipos societários, como, por exemplo, a personalidade contida nas duas sociedades, a simplicidade na criação, a flexibilidade nas regências, entre outros.¹¹

Em contrapartida, seguindo o parágrafo único, do artigo 1.053, do Código Civil a sociedade limitada pode optar por assumir o caráter de sociedade de capital, caso conste expressamente no contrato social a opção pela regência supletiva da Lei 6.404/76, que rege as sociedades por ações. De acordo com Gladston Mamede:

os principais efeitos da aplicação supletiva das normas aplicáveis à sociedade anônima são maior complexidade na administração e gestão da sociedade, adequada aos investimentos de maior monta. Friso que a regência supletiva pela Lei 6.404/76 exige cláusula expressa no contrato social; no silêncio deste, a regência supletiva faz-se pelas normas da sociedade simples.¹²

Há duas técnicas na elaboração de contrato social que seguem o disposto no artigo 1.053 do Código Civil. Em uma delas contendo uma cláusula em que os sócios preveem que se usará de forma supletiva os dispositivos da Lei n. 6.404/76, mas em contrapartida, determinadas matérias expressas serão regidas subsidiariamente pelos preceitos da sociedade simples.¹³

¹⁰ BRASIL. **Lei n. 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm. Acesso em: 04 abr. 2022.

¹¹ VENOSA, Sílvio de S. **Direito Empresarial**. São Paulo: Grupo GEN, 2020. 9788597024791. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597024791/>. Acesso em: 04 abr. 2022. P. 155

¹² MAMEDE, Gladston. **Direito Empresarial Brasileiro - Direito Societário**. São Paulo: Grupo GEN, 2021. 9788597027280. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597027280/>. Acesso em: 04 abr. 2022. P. 243

¹³ CAMPINHO, Sérgio; PINTO, Mariana. **A sociedade limitada na perspectiva de sua dissolução**. São Paulo: Editora Saraiva, 2021. 9786555597462. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555597462/>. Acesso em: 04 abr. 2022. P. 07

Já na segunda hipótese é aplicado o inverso, contendo omissões legais e contratuais serão usadas as regras da sociedade simples, mas em matérias exclusivas, indicadas no contrato social, serão regidas pela lei das sociedades anônimas. Tais aplicações são plenamente possíveis, visto que os sócios podem optar pela melhor forma de aplicação das duas normas, podendo utilizar as duas para melhor adequar seu contrato social.¹⁴

Tendo em vista que a sociedade limitada é uma sociedade contratual e, sendo em sua essência uma sociedade de pessoas, marcada pelo *intuitu personae*, a lei 6.404/76 só será aplicada subsidiariamente no que for compatível com a natureza da limitada, não sendo aplicada de forma geral e irrestrita.¹⁵

Em concordância tem-se o pensamento de Sérgio Campinho:

O fato de o parágrafo único do artigo 1.053 do Código Civil preconizar que os sócios podem optar por prever que a regência supletiva da sociedade limitada se dará pelos dispositivos da Lei n. 6.404/76, a nosso ver, não faz com que ela perca a sua natureza de sociedade de pessoa e tampouco consagra um tipo híbrido ou misto, na medida em que a aplicação de dispositivos da Lei de Sociedades Anônimas subsidiariamente à sociedade limitada sempre deverá estar conformada com a sua natureza *intuitu personae*, ou seja, sempre deverá ser compatível com as características fundamentais da forma societária em referência.¹⁶

Sendo assim, questões relacionadas a sua constituição, dissolução, liquidação estarão sempre regidas subsidiariamente pela regra própria da sociedade simples.

2.3 A SOCIEDADE LIMITADA E SUA CONSTITUIÇÃO

A sociedade limitada, institui-se com um ato constitutivo, em específico o Contrato Social, um acordo plurilateral mediante o qual duas ou mais pessoas, naturais ou jurídicas, contratam entre si a constituição de uma sociedade.¹⁷

¹⁴ CAMPINHO, Sérgio; PINTO, Mariana. **A sociedade limitada na perspectiva de sua dissolução**. São Paulo: Editora Saraiva, 2021. 9786555597462. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555597462/>. Acesso em: 04 abr. 2022. P. 07

¹⁵ TOMAZETTE, Marlon. **Curso de Direito Empresarial - Teoria Geral e Direito Societário**. São Paulo: Editora Atlas, 2017. P. 444

¹⁶ CAMPINHO, Sérgio; PINTO, Mariana. **A sociedade limitada na perspectiva de sua dissolução**. São Paulo: Editora Saraiva, 2021. 9786555597462. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555597462/>. Acesso em: 04 abr. 2022. P. 07

¹⁷ MAMEDE, Gladston. **Direito Empresarial Brasileiro - Direito Societário**. São Paulo: Grupo GEN, 2021. 9788597027280. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597027280/>. Acesso em: 04 abr. 2022. P. 245

O Código Civil em seu artigo 981 a definição no que se refere a contrato de sociedade:¹⁸

Art. 981. Celebram contrato de sociedade as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir, com bens ou serviços, para o exercício de atividade econômica e a partilha, entre si, dos resultados.
Parágrafo único. A atividade pode restringir-se à realização de um ou mais negócios determinados.

Mesmo para a sociedade limitada unipessoal, prevista no § 2º do artigo 1.052 do Código Civil, há necessidade do referido contrato, sendo delimitado como contrato consigo mesmo, onde toma proporção maior como sendo mais uma declaração pública de direitos e deveres “[...]acaba funcionando muito mais como uma declaração pública de direitos e deveres e, assim, quase um contrato com o restante da sociedade: o contrato social obriga o sócio, tanto quanto obriga a sociedade, perante o restante da comunidade.”¹⁹

O artigo 997 do Código Civil traz requisitos a serem cumpridos pela sociedade na elaboração do contrato social:

A sociedade constitui-se mediante contrato escrito, particular ou público, que, além de cláusulas estipuladas pelas partes, mencionará: I - nome, nacionalidade, estado civil, profissão e residência dos sócios, se pessoas naturais, e a firma ou a denominação, nacionalidade e sede dos sócios, se jurídicas; II - denominação, objeto, sede e prazo da sociedade; III - capital da sociedade, expresso em moeda corrente, podendo compreender qualquer espécie de bens, suscetíveis de avaliação pecuniária; IV - a quota de cada sócio no capital social, e o modo de realizá-la; V - as prestações a que se obriga o sócio, cuja contribuição consista em serviços; VI - as pessoas naturais incumbidas da administração da sociedade, e seus poderes e atribuições; VII - a participação de cada sócio nos lucros e nas perdas; VIII - se os sócios respondem, ou não, subsidiariamente, pelas obrigações sociais.
Parágrafo único. É ineficaz em relação a terceiros qualquer pacto separado, contrário ao disposto no instrumento do contrato.²⁰

O contrato social independe do número de sócios, mas está sujeito a um objetivo em comum “a obtenção e a partilha dos lucros resultantes da exploração da atividade econômica pela sociedade”. É um contato peculiar, no qual a partir deste os

¹⁸ BRASIL. **Lei n. 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em: 04 abr. 2022.

¹⁹ MAMEDE, Gladston. **Direito Empresarial Brasileiro** - Direito Societário. São Paulo: Grupo GEN, 2021. 9788597027280. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597027280/>. Acesso em: 04 abr. 2022. P. 245

²⁰ BRASIL. **Lei n. 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em: 05 abr. 2022.

sócios são detentores de direitos e obrigações, conseqüentemente instituindo no mundo jurídico a sociedade.²¹

Poderá contemplar no contrato social além das cláusulas obrigatórias previstas na legislação, cláusulas facultativas, que podem ser estipuladas livremente entre as partes, podendo abordar sobre qualquer matéria, mas tendo em mente que estas devem submeter-se aos princípios gerais do Direito, as normas do Direito das Obrigações e do Direito dos Contratos, assim os sócios poderão contar, por exemplo, que a sociedade será regida subsidiariamente pela lei das sociedades anônimas, cláusula de exclusão de sócios por justa causa, entre outros.²²

2.4 SOBRE O NOME EMPRESARIAL E A RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS NA SOCIEDADE LIMITADA

No que se refere à denominação, a sociedade limitada pode optar por adotar firma social ou denominação, estando em desuso nas sociedades, a firma social é o uso do próprio nome como forma de identificação empresarial, usada mais antigamente para dar confiança aos negócios, pelo motivo de transmitir a honorabilidade do sócio. Atualmente é mais utilizada a denominação, pois traz a designação do objeto social na designação de seu nome, sendo mais atraente na exploração de empresa.²³

Esse requisito descrito está regulamentado pelo artigo 1.158 do Código Civil:²⁴

Art. 1.158. Pode a sociedade limitada adotar firma ou denominação, integradas pela palavra final "limitada" ou a sua abreviatura. § 1º A firma será composta com o nome de um ou mais sócios, desde que pessoas físicas, de modo indicativo da relação social. § 2º A denominação deve designar o objeto da sociedade, sendo permitido nela figurar o nome de um ou mais sócios. § 3º A omissão da palavra "limitada" determina a responsabilidade solidária e ilimitada dos administradores que assim empregarem a firma ou a denominação da sociedade.

²¹ CAMPINHO, Sérgio; PINTO, Mariana. **A sociedade limitada na perspectiva de sua dissolução**. São Paulo: Editora Saraiva, 2021. 978655597462. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978655597462/>. Acesso em: 05 abr. 2022. P. 08

²² MAMEDE, Gladston. **Direito Empresarial Brasileiro - Direito Societário**. São Paulo: Grupo GEN, 2021. 9788597027280. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597027280/>. Acesso em: 05 abr. 2022. P. 245

²³ VENOSA, Sílvio de S. **Direito Empresarial**. São Paulo: Grupo GEN, 2020. 9788597024791. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597024791/>. Acesso em: 05 abr. 2022. P. 156

²⁴ BRASIL. **Lei n. 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm. Acesso em: 05 abr. 2022.

Assim, a sociedade deve ter o seu nome acompanhado pela expressão limitada, caso não tenha, acarreta a alteração do regime de responsabilidade dos sócios, levando a ser tratada como uma sociedade em nome coletivo.²⁵

Quanto ao capital social, esse é a porção do patrimônio individual de cada sócio, sua formação se dá pela junção das contribuições dos sócios, o qual se destina ao objeto social da sociedade. Este é o primeiro passo para a formação do capital social, sendo indispensável para o início da atividade empresa.²⁶

Esse capital social na sociedade limitada é dividido em quotas, iguais ou desiguais, referente a contribuição de cada sócio, o que influencia na responsabilidade dos sócios, que se limita no valor de sua quota, respondendo todos solidariamente pela integralização do capital social. O número de quotas influencia também na tomada de decisões dos sócios, sendo que para isso são considerados o número de quotas e não o número de sócios.

Não há responsabilidade subsidiária pelas obrigações sociais estando integralizado todo o capital social, assim como não há gastos além. Vale enfatizar que à medida que o capital não estiver integralizado todos os sócios respondem solidariamente entre si pelo *quantum* que falta a integralizar para completar o Capital Social, posto isto não basta somente um dos sócios integralizar a própria quota, pois o que já integralizou o valor ainda responde pelo valor do sócio que ainda não realizou sua participação no capital social.

Essa limitação garante aos sócios que seu patrimônio social não seja prejudicado por eventuais cobranças de credores e, conseqüentemente, não serão surpreendidos caso o Capital Social não for suficiente para solver as dívidas. O sistema de pluralidade de quotas, previsto pelo Código Civil, mais precisamente em seu artigo 1.055, dispõe a liberdade dos sócios convencionarem livremente entre si a porcentagem de quotas.²⁷

Visto tamanha importância do capital social vale ressaltar que as contribuições dos sócios devem ser efetivas e não fictícias, não podendo por exemplo, incorporar

²⁵ TOMAZETTE, Marlon. **Curso de Direito Empresarial** - Teoria Geral e Direito Societário. São Paulo: Atlas, 2017.P. 449

²⁶ TOMAZETTE, Marlon. **Curso de Direito Empresarial** - Teoria Geral e Direito Societário. São Paulo: Atlas, 2017. P. 450

²⁷ VENOSA, Sílvio de S. **Direito Empresarial**. São Paulo: Grupo GEN, 2020. 9788597024791. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597024791/>. Acesso em: 07 abr. 2022. P. 157

um bem com um valor maior do que o efetivo. O Código Civil em seu artigo 1.055 reafirma essa ideia.

Art. 1.055. O capital social divide-se em quotas, iguais ou desiguais, cabendo uma ou diversas a cada sócio. § 1º Pela exata estimação de bens conferidos ao capital social respondem solidariamente todos os sócios, até o prazo de cinco anos da data do registro da sociedade. § 2º É vedada contribuição que consista em prestação de serviços.²⁸

Nesse sentido, os sócios têm a responsabilidade de estimarem corretamente os bens conferidos no prazo de até 5 anos. Caso o bem for avaliado com valor maior e cause prejuízo à efetivação ao Capital Social, os sócios devem desembolsar de seu patrimônio pessoal o valor da diferença. Assim pode-se assemelhar a superavaliação do bem a não integralização do capital social.²⁹

Os sócios são livres para negociarem e transmitirem tanto o valor patrimonial quanto de seus direitos como sócios. Na limitada tem-se como regra geral a liberdade de cessão de quotas, podendo ocorrer *inter vivos* ou *causa mortis*, desde que atendidos os requisitos legais e contratuais.

A transferência de bens ou direitos (créditos) do patrimônio pessoal para o da empresa é essencial para garantir *status socii*³⁰ e titularidade de quotas sociais, uma vez integralizado tem benefícios como a isenção do ITBI (Imposto de Transmissão de Bens Imóveis e de Direitos a ele Relativos) *inter vivos* assegurado na Constituição Federal artigo 156, § 2, I.³¹

A cessão de quotas para com outro sócio pode ser total ou parcialmente, independente da anuência dos demais, nos termos do artigo 1.057 do Código Civil “Na omissão do contrato, o sócio pode ceder sua quota, total ou parcialmente, a quem seja sócio, independentemente de audiência dos outros, ou a estranho, se não houver oposição de titulares de mais de um quarto do capital social.”³²

²⁸ BRASIL. **Lei n. 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm. Acesso em: 07 abr. 2022.

²⁹ TOMAZETTE, Marlon. **Curso de Direito Empresarial - Teoria Geral e Direito Societário**. São Paulo: Atlas, 2017. P. 450

³⁰ Pode-se entender como *status socii* a posição individual do sócio na sociedade, trazendo consigo obrigações para com a empresa.

³¹ DINIZ, Maria Helena **Curso de Direito Civil Brasileiro - Direito de Empresa**. São Paulo: Editora Saraiva, 2017. P. 359

³² BRASIL. **Lei n. 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm. Acesso em: 08 abr. 2022.

Caso omissa a restrição no Contrato Social, a cessão de quotas entre sócios pode alterar as relações de poder da sociedade, não tendo obstáculo para isso visto que para não ocorrer necessita de cláusulas no Contrato Social, como por exemplo exigir a preferencial a todos os sócios, em iguais proporções, assegurando assim a manutenção das proporções.³³

Omissa o Contrato Social sobre a cessão de quotas a terceiros, a outorga pode ser realizada a estranhos ao quadro societário se não houver a oposição de sócios que representem um quarto do capital social.³⁴

Por ser a limitada uma sociedade *intuitu personae* a lei não exige a anuência de todos os sócios, mas a audiência dos outros é indispensável, ao ponto que os sócios representantes da menor unidade acima de 25% podem recusar o ingresso do terceiro. Assim o cedente deverá consultar o excedente dos sócios e atingir a aprovação de 75% do capital social, para assim lograr êxito na eventual mudança na composição societária.³⁵

Esclarece ainda Gladston Mamede,

Não é necessário que o instrumento seja firmado por todos os sócios, mas apenas por aqueles que representem três quartos do capital social. É indiferente o número de sócios; o sócio que detenha mais de 75% do capital, portanto, cede livremente suas quotas, assim como aprova ou recusa a cessão de quotas por qualquer outro sócio. Isso é perfeitamente legal e próprio da lógica societária, que foca o investimento na atividade negocial, salvo as sociedades cooperativas. Esse direito, todavia, deve ser exercido tendo em vista os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes; se não o for, caracterizará abuso de direito (artigo 187), determinando o dever de indenizar os danos daí advindos (artigo 927).³⁶

O Contrato Social pode dispor cláusulas específicas para ajustar a cessão de quotas, isso evitaria incertezas aos sócios. Sendo livre a opção para dispor conforme

³³ DINIZ, Gustavo S. **Curso de Direito Comercial**. São Paulo: Grupo GEN, 2019. 9788597022438. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597022438/>. Acesso em: 08 abr. 2022. P. 234

³⁴ MAMEDE, Gladston. **Direito Empresarial Brasileiro - Direito Societário**. São Paulo: Grupo GEN, 2021. 9788597027280. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597027280/>. Acesso em: 08 abr. 2022. P.250

³⁵ MAMEDE, Gladston. **Direito Empresarial Brasileiro - Direito Societário**. São Paulo: Grupo GEN, 2021. 9788597027280. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597027280/>. Acesso em: 08 abr. 2022. P.250

³⁶ MAMEDE, Gladston. **Direito Empresarial Brasileiro - Direito Societário**. São Paulo: Grupo GEN, 2021. 9788597027280. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597027280/>. Acesso em: 08 abr. 2022. P. 250

a necessidade a transição de quotas, podendo, por exemplo, prever que a cessão de quotas depende da aprovação unânime dos sócios ou qualquer outro *quórum*.³⁷

Seguindo o disposto nos artigos 1.003 parágrafo único e 1.057 parágrafo único do Código Civil:

Art. 1.003. A cessão total ou parcial de quota, sem a correspondente modificação do contrato social com o consentimento dos demais sócios, não terá eficácia quanto a estes e à sociedade. Parágrafo único. Até dois anos depois de averbada a modificação do contrato, responde o cedente solidariamente com o cessionário, perante a sociedade e terceiros, pelas obrigações que tinha como sócio.

(...)

Art. 1.057. Na omissão do contrato, o sócio pode ceder sua quota, total ou parcialmente, a quem seja sócio, independentemente de audiência dos outros, ou a estranho, se não houver oposição de titulares de mais de um quarto do capital social. Parágrafo único. A cessão terá eficácia quanto à sociedade e terceiros, inclusive para os fins do parágrafo único do art. 1.003, a partir da averbação do respectivo instrumento, subscrito pelos sócios anuentes.³⁸

Até dois anos após a averbação da alteração contratual, o cedente e o cessionário respondem solidariamente perante terceiros e perante a própria sociedade pelas obrigações como sócios.³⁹

Há controvérsias quanto ao início do prazo decadencial desses 2 anos, enquanto para alguns tem início a partir da assinatura do contrato, para outros e a mais correta começa a contar a partir de registrada a alteração na Junta Comercial.⁴⁰

O Superior Tribunal de Justiça ressalta a veracidade desta última ideia, pois mesmo os sócios anuindo anteriormente com a cessão de quotas a sociedade não se pode afirmar que a sociedade fez parte do negócio jurídico, assim só a partir do registro na Junta Comercial que começa a ter efeito perante a sociedade, além de evitar possíveis fraudes contra terceiros.

³⁷ CAMPINHO, Sergio. **Curso de direito comercial - direito de empresa**. São Paulo: Saraiva, 2020. 9788553618781. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553618781/>. Acesso em: 08 abr. 2022. P. 168

³⁸ BRASIL. **Lei n. 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm. Acesso em: 08 abr. 2022.

³⁹ MAMEDE, Gladston. **Direito Empresarial Brasileiro - Direito Societário**. São Paulo: Grupo GEN, 2021. 9788597027280. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597027280/>. Acesso em: 08 abr. 2022. P. 251

⁴⁰ MAMEDE, Gladston. **Direito Empresarial Brasileiro - Direito Societário**. São Paulo: Grupo GEN, 2021. 9788597027280. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597027280/>. Acesso em: 08 abr. 2022. P. 252

2.5 ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE LIMITADA

Na sociedade limitada o poder da administração e o poder de sócios são exercidos separadamente, no qual o sócio só interfere através do voto para a escolha do administrado. Posto isto, o poder de administrar não decorre da condição de sócio.

41

Todavia o administrador da sociedade não é um representante legal desta, e sim um órgão apresentante, pois por meio deste se faz a vontade da pessoa jurídica. Assim, ao órgão atuar quem age é a Pessoa Jurídica.⁴²

Tal distinção é importante pois, qualquer problema que aconteça, como por exemplo, a incapacidade ou morte da pessoa física, o ato da sociedade não é afetado quanto sua existência ou validade, não trazendo problemas à sociedade, uma vez que a autora continua existindo.

Anteriormente utilizava-se as regras do artigo 1.076, I do Código Civil, na qual, o sócio poderia ser nomeado como administrador no Contrato Social por sócios ou sócio titular de $\frac{3}{4}$ do Capital e, em outro ato necessitando de mais da metade do Capital Social. Pode ainda ser nomeado um administrador estranho ao quadro social onde, será necessário ser aprovado pela unanimidade dos sócios, caso não integrado o Capital Social será fundamental a concordância com sócios detentores de $\frac{2}{3}$ do Capital.⁴³

Com a publicação da Lei 14.451/2022, houve a flexibilização das tomadas de decisões da sociedade limitada e a alteração dos artigos 1.061 e 1.076 do Código Civil. Sendo assim, de acordo com a nova lei, enquanto o capital social não estiver integralizado não há mais a necessidade de aprovação de $\frac{2}{3}$ dos sócios e da maioria simples após integralizado.⁴⁴

⁴¹ VENOSA, Sílvio de S. **Direito Empresarial**. São Paulo: Grupo GEN, 2020. 9788597024791. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597024791/>. Acesso em: 08 abr. 2022. P. 160

⁴² TOMAZETTE, Marlon. **Curso de Direito Empresarial - Teoria Geral e Direito Societário**. São Paulo: Atlas, 2017. P. 461

⁴³ COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial - Direito de Empresa**. São Paulo: Saraiva, 2021 P. 554

⁴⁴ REVISTA CONSULTOR JURÍDICO. **Lei que muda quóruns de deliberação dos sócios da sociedade limitada é sancionada**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2022-set-22/lei-muda-quorum-deliberacao-sociedade-limitada-sancionada>. Acesso em: 28 out. 2022.

De maneira que os administradores representam um cargo de confiança dos sócios, estes podem ser designados com prazo determinado ou indeterminado, mas podem ser destituídos a qualquer tempo.⁴⁵

Aduz Marlon Tomazette que

Os administradores, na estrutura que for definida pelo contrato social, têm poderes para gerir a sociedade, isto é, têm o poder de tomar as decisões necessárias à realização do objeto social, que não sejam de competência privativa da assembleia ou reunião dos sócios. Neste particular, os administradores podem traçar estratégias -gerais de atuação no mercado e concretizar operações que sejam necessárias à realização do objeto social, como a formalização de contratos. Os administradores também têm o poder de “representação” da sociedade, porquanto são eles que praticam os atos em nome da sociedade perante terceiros.⁴⁶

O exercício dos administradores é regulado pelo Código Civil (artigos 1.011 e seguintes do Código Civil) e pela lei das sociedades anônimas. Seus deveres são diligência e Lealdade ao não cumprir seus deveres a sociedade pode sofrer danos e, ao agir com culpa ou em desacordo com esses deveres, assumem a responsabilidade quanto às consequências para a pessoa jurídica.⁴⁷

O administrador é considerado um mandatário da sociedade e, por conta do artigo 668 do Código Civil “O mandatário é obrigado a dar contas de sua gerência ao mandante, transferindo-lhe as vantagens provenientes do mandato, por qualquer título que seja.”, sendo assim ao final de cada exercício social deve elaborar o inventário, o balanço patrimonial, a demonstração de resultados econômicos. A falta destes pode caracterizar-se como falta grave e ser usado como justificativa para a destituição do administrador por via judicial.

Quando acharem necessário, os sócios podem examinar os livros e os documentos, contudo o Contrato Social pode prever época para análise, podendo ser quebrada por conta de ação de prestação de contas havendo elementos que a

⁴⁵ COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial** - Direito de Empresa. São Paulo: Saraiva, 2021. P. 555

⁴⁶ TOMAZETTE, Marlon. **Curso de Direito Empresarial** - Teoria Geral e Direito Societário. São Paulo: Atlas, 2017. P.464

⁴⁷ COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial** - Direito de Empresa. São Paulo: Saraiva, 2021. P. 558

justifiquem, o próprio administrador pode utilizar a ação para obter a declaração que as suas contas estão regulares.⁴⁸

A prestação de Contas pode ocorrer anualmente, mas somente é obrigatória nas sociedades limitadas que tiverem mais de 10 sócios e nas sociedades de grande porte. Não há a necessidade de fundamentar a recusa da prestação de contas, mas o sócio pode, caso agir de má fé ou ilegalmente, ser responsabilizado por eventuais danos econômicos causados à sociedade.

O sócio pode fiscalizar a administração diretamente, ou através do Conselho fiscal. "O Conselho Fiscal é um órgão colegiado independente da sociedade limitada, não se subordina aos sócios nem à administração." Tal instituição é facultativa a limitada, podendo ou não instituir o órgão em seu Contrato Social.⁴⁹

Contemplado instituto é previsto na Sociedade Anônima, visto que há um distanciamento entre os sócios e a administração e, com o crescimento da liberdade empresarial esse distanciamento visa a crescer cada vez mais, necessitando de um órgão que controle os atos da administração.⁵⁰

O contrato social pode prever a existência do Conselho Fiscal composto por três ou mais membros e seus respectivos suplentes, podendo ser sócios ou não e necessariamente residindo no país. Essa figura não se justifica na maior parte das sociedades limitadas, tendo funcionalidade somente nas limitadas com maior quantidade de sócios.

Após a integralização do capital social a sociedade limitada tem a faculdade de aumentar o capital, podendo o contrato social conferir a responsabilidade ao Administrador. Havendo a necessidade o administrador pode realizar a chamada de capital, que consiste no aumento das quotas já existentes ou na emissão de novas quotas, observando o direito de garantia dos sócios.⁵¹

⁴⁸ MAMEDE, Gladston. **Direito Empresarial Brasileiro** - Direito Societário. São Paulo: Grupo GEN, 2021. 9788597027280. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597027280/>. Acesso em: 13 abr. 2022. P. 272

⁴⁹ DINIZ, Maria Helena **Curso de Direito Civil Brasileiro** - Direito de Empresa. São Paulo: Saraiva, 2017. P. 424

⁵⁰ VENOSA, Sílvio de S. **Direito Empresarial**. São Paulo: Grupo GEN, 2020. 9788597024791. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597024791/>. Acesso em: 15 abr. 2022. P. 165

⁵¹ DINIZ, Maria Helena **Curso de Direito Civil Brasileiro** - Direito de Empresa. São Paulo: Saraiva, 2017. P. 448

A alteração do contrato social é primordial para a efetivação do aumento do capital social. Existem duas modalidades para o aumento do Capital Social, pelo aumento do valor das quotas ou pela emissão de novas quotas.⁵²

Na primeira hipótese os sócios detentores devem integralizar a diferença e o aumento deverá ser distribuído entre os sócios conforme a sua quota parte, caso não for do interesse de um dos sócios subscrever o saldo restante, poderá um terceiro subscrever o restante da quota, sem que os sócios possam impedir a entrada de um estranho ao quadro societário. Assim, havendo o aumento do capital social, os sócios subscrevem o aumento ou permitem que terceiros o façam.⁵³

Na segunda hipótese, dada a emissão de novas quotas, dispõe o artigo 1.08, § 1º “Até trinta dias após a deliberação, terão os sócios preferência para participar do aumento, na proporção das quotas de que sejam titulares.” Assim, até 30 dias após a deliberação, os sócios têm preferência para optar pelo aumento na proporção de suas quotas.⁵⁴

Complementa Gladston Mamede

Esse direito de preferência garante aos sócios a conservação de seu percentual de participação na sociedade, subscrevendo proporção correspondente no aumento de capital. Evita-se, assim, que o aumento possa ser utilizado para pulverizar a participação dos minoritários. É preciso estar atento para o fato de que o sócio não está obrigado a exercer o direito de preferência em sua totalidade, podendo fazê-lo apenas em parte; assim, o titular de quotas que representem 30% do capital social pode exercer seu direito de preferência à subscrição de até 30% das novas quotas, podendo fazê-lo em proporção menor.⁵⁵

Transcorrido o prazo para a preferência, o contrato social pode prever a proibição da cessão de quotas, vedando terceiros adquirirem as novas quotas que serão emitidas.

Caso não tenha a proibição pode o sócio transferir de forma gratuita ou onerosa, tendo em vista a natureza jurídica da sociedade, a qual sendo *intuitu*

⁵² VENOSA, Sílvio de S. **Direito Empresarial**. São Paulo: Grupo GEN, 2020. 9788597024791. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597024791/>. Acesso em: 18 abr. 2022. P.173

⁵³ VENOSA, Sílvio de S. **Direito Empresarial**. São Paulo: Grupo GEN, 2020. 9788597024791. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597024791/>. Acesso em: 18 abr. 2022. P.173

⁵⁴ BRASIL. **Lei n. 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm. Acesso em: 18 abr. 2022.

⁵⁵ MAMEDE, Gladston. **Direito Empresarial Brasileiro** - Direito Societário. São Paulo: Grupo GEN, 2021. 9788597027280. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597027280/>. Acesso em: 18 abr. 2022. P.258

personae o terceiro precisa ser aceito por no mínimo ao equivalente a 75% do capital social, ou sendo *intuitu pecuniae* a cessão a terceiros é livre, basta a subscrição da quota correspondente ao capital social.

É legalmente possível a diminuição do capital social, caso os sócios percebam que o capital social encontra-se excessivo em relação ao objeto da sociedade.

Contempla Sílvio de Salvo Venosa

O capital social possui as funções de garantir a produtividade e o cumprimento das obrigações sociais, daí sua intangibilidade como regra. Não há regra acerca do capital social mínimo necessário para a exploração da empresa pela sociedade limitada. Entretanto, esse capital há que ser compatível com o objeto social. Com frequência, diante da ausência de controle da existência real do capital social, sociedades limitadas atuam no mercado sem dispor efetivamente de capital suficiente, causando prejuízos aos credores.⁵⁶

Caso o capital social esteja integralizado a diminuição pode ocorrer também devido a perdas irreparáveis, que visa ajustar o capital social conforme a realidade contábil da sociedade. Conseqüentemente visa a renúncia dos sócios ao investido na sociedade. Qualquer das formas de diminuição implica na necessidade de alteração do contrato social, com a aprovação dos sócios que correspondam a 75% do capital social.⁵⁷

Ao assinar o contrato social o sócio se obriga a investir recursos necessários na sociedade, além de organizar junto com os demais sócios a empresa. A natureza da condição de sócio é *sui generis*, considerando que não se sujeita a rigorosas imposições legais, mas é submetido a um regime jurídico próprio e ao contrato social, conferindo a estes direitos e obrigações a serem cumpridos.⁵⁸

Assim, do mesmo modo que os sócios se obrigam a integralizar o capital social e concorrer com as perdas havidas podem se beneficiar dos resultados da empresa e participar da partilha da dissolução da mesma.

⁵⁶ VENOSA, Sílvio de S. **Direito Empresarial**. São Paulo: Grupo GEN, 2020. 9788597024791. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597024791/>. Acesso em: 19 abr. 2022. P. 174

⁵⁷ MAMEDE, Gladston. **Direito Empresarial Brasileiro - Direito Societário**. São Paulo: Grupo GEN, 2021. 9788597027280. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597027280/>. Acesso em: 19 abr. 2022. P. 260

⁵⁸ COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial - Direito de Empresa**. São Paulo: Saraiva, 2021. P. 497

Dispõe o artigo 1.001 do Código Civil “As obrigações dos sócios começam imediatamente com o contrato, se este não fixar outra data, e terminam quando, liquidada a sociedade, se extinguirem as responsabilidades sociais.” Assim, ao fazer parte de uma sociedade automaticamente os sócios adquirem direitos e assumem deveres e responsabilidades.

Aduz Fábio Ulhoa Coelho⁵⁹

A personalização da sociedade limitada implica a separação patrimonial entre a pessoa jurídica e seus membros. Sócio e sociedade são sujeitos distintos, com seus próprios direitos e deveres. As obrigações de um, portanto, não se podem imputar ao outro. Desse modo, a regra é a da irresponsabilidade dos sócios da sociedade limitada pelas dívidas sociais. Isto é, os sócios respondem apenas pelo valor das quotas com que se comprometem, no contrato social (CC, art. 1.052). É esse o limite de sua responsabilidade.

Nesta perspectiva, cabe a quem negocia com a sociedade limitada e a concede crédito, analisar os riscos levando em consideração que não abrange o patrimônio pessoal dos sócios para a satisfação do crédito.

Os sócios têm a garantia legal para a participação dos lucros da pessoa jurídica tanto quanto a participação nas perdas, conforme preceitua o artigo 1.008 do Código Civil “É nula a estipulação contratual que exclua qualquer sócio de participar dos lucros e das perdas.”

Conforme expresso no artigo 1.007 do Código Civil “Salvo estipulação em contrário, o sócio participa dos lucros e das perdas, na proporção das respectivas quotas, mas aquele, cuja contribuição consiste em serviços, somente participa dos lucros na proporção da média do valor das quotas.” Via de regra a participação nos lucros é proporcional às respectivas quotas estipuladas a cada sócio, contudo poderá contrato social prever participação nos lucros distintos ao quinhão social.

Dentre os direitos dos sócios tem-se a participação nas deliberações sociais, que leva em conta a quantidade de quotas de cada sócio, conseqüentemente dependendo da aprovação da maioria.

Outro direito relevante de destacar é o direito de retirada, que consiste no direito do sócio de poder optar por não querer mais participar da sociedade, sendo abordado mais a frente novamente e com maior profundidade.

⁵⁹ COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial** - Direito de Empresa. São Paulo: Saraiva, 2021. P. 502

No mesmo sentido que possuem direitos os sócios também adquirem deveres, sendo um deles o dever de integralizar o valor subscrito, podendo ser executado judicialmente caso não o faça, respondendo pelo dano emergente da mora.

Outro dever do sócio é o de lealdade, tendo o compromisso de colaborar para o êxito do sucesso comum e conseqüentemente se abster de atos que prejudiquem o interesse comum. Como complementa Fábio Ulhoa Coelho:

O sócio é desleal quando seu comportamento prejudica o pleno desenvolvimento da empresa explorada pela sociedade. Se um sócio se solidariza com o empregado despedido pelo sócio encarregado da administração na presença de outros funcionários, isso pode desgastar a autoridade da gerência. Ainda que a despedida não tenha sido, na avaliação dos demais membros da sociedade, uma decisão acertada, se aquele que a promoveu tinha poderes para tanto, o assunto só deve ser tratado em reunião privada entre os sócios. Externar divergências, mormente as relacionadas a questões de gerenciamento de pessoal, só prejudica o bom desenvolvimento da empresa. Outros exemplos de deslealdade se afiguram na utilização de recursos humanos ou materiais da empresa para propósitos pessoais sem a anuência dos demais sócios, ou em condutas que possam atrapalhar o cotidiano do trabalho de dirigentes e funcionários, como conversas dispersivas, assédio sexual, intromissões injustificáveis na execução de tarefas etc.⁶⁰

Assim, ao descumprir tal dever pode acarretar em problemas internos na sociedade, que se elucida com a expulsão do sócio desleal e, em situações mais extremas, tipificar como conduta criminosa, pois trata-se de competição entre o sócio com a sociedade.⁶¹

⁶⁰ COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial** - Direito de Empresa. São Paulo: Saraiva, 2021. P.516

⁶¹ COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial** - Direito de Empresa. São Paulo: Saraiva, 2021. P.517

3. ELEMENTOS SOBRE A EXCLUSÃO DE SÓCIOS

É evidente que os princípios carregam superlativa importância no Direito, dentre elas elucidam questões controversas em que as fontes primárias do direito não resultam na clareza necessária para esclarecer questões sociais.

Ao examinar o Direito Empresarial, formado por leis, identifica-se que somente a lei não basta, havendo a necessidade de argumentação que justifique e solidifique o sistema legal e, esses argumentos recebem o nome de princípios.⁶²

Os princípios também funcionam como uma complementação do direito positivado, dando uma interpretação mais adequada à legislação. Tendo como natureza a superioridade quanto às normas, resultam em conter a sua violação.⁶³

Nesse viés temos o Princípio da Conservação da Empresa, no qual sempre que possível a legislação deve trazer mecanismos de fomento e estímulos à atividade empresária, conseqüentemente trazendo uma visão que prioriza os interesses sociais da atividade empresarial.

Fábio Ulhoa Coelho acrescenta sobre a importância da função social da empresa presidir a atividade empresarial:

A propriedade dos bens de produção deve cumprir a função social, no sentido de não se concentrarem, apenas na titularidade dos empresários, todos os interesses juridicamente protegidos que os circundam. A Constituição Federal reconhece, por meio deste princípio implícito, que são igualmente dignos de proteção jurídica os interesses metaindividuais, de toda a sociedade ou de parcela desta, potencialmente afetados pelo modo com que se empregam os bens de produção.⁶⁴

Dada a importância da empresa em manter a economia no Brasil, a legislação deve viabilizar incentivos ao seu nascimento e dando suportes a sua continuidade e manutenção.

O Supremo Tribunal Federal aplica a princípio da preservação da empresa na busca de soluções sobre a exclusão de sócios:

⁶² BELIZA, Danilo Lopes: EXCLUSÃO DO SÓCIO NA SOCIEDADE LIMITADA: UMA ANÁLISE CRÍTICA E COMPARATIVA SOBRE O CONCEITO DE JUSTA CAUSA **Revista Científica Semana Acadêmica**, v. 01, p. 01-15, 2019. P.3

⁶³ MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2010. P. 733-734

⁶⁴ COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial - Direito de Empresa**. São Paulo: Saraiva, 2021. P. 88

A dissolução parcial e a exclusão de sócio são fenômenos diversos, cabendo destacar, no caso vertente, o seguinte aspecto: na primeira, pretende o sócio dissidente a sua retirada da sociedade, bastando-lhe a comprovação da quebra da 'affectio societatis'; na segunda, a pretensão é de excluir outros sócios, em decorrência de grave inadimplemento dos deveres essenciais, colocando em risco a continuidade da própria atividade social.

Ao trazer prejuízos ou até mesmo a possibilidade de prejuízo grave à atividade empresária, tem-se como medida extrema a exclusão do sócio, objetivando a eficiência da atividade empresarial.

A exclusão de sócio corresponde em afastar este da sociedade decorrente ao descumprimento de obrigações sociais, objetivas e subjetivas perdendo conseqüentemente o *status socii* automaticamente. Como acrescenta Sérgio Campinho

A exclusão se realiza, portanto, sem o consentimento do excluído e, em certos casos, até mesmo contra a sua própria vontade, pois, apesar de em muitas vezes entrar em colisão com os demais sócios, não apresenta o concreto e imediato ânimo de despedir-se da sociedade. Ora pode configurar providência sancionadora, derivada do descumprimento de deveres sociais, ora pode revestir-se do objetivo de tutelar interesses de terceiros não sócios ou de obstar prejuízos à própria pessoa jurídica, em função de alterações na condição pessoal do sócio, sem, portanto, relacionar-se com uma punição.⁶⁵

Anteriormente ao Código Civil de 2002 a previsão legal para exclusão de sócios era encontrada somente no Código Comercial de 1850 e no decreto 3.708/19, na qual a única hipótese era de sócio remisso, motivado pela falta de contribuição para o fundo social nas exigências acordadas.

Atualmente o instituto da exclusão de sócios encontra-se assegurado no Código Civil, que ampliou as possibilidades de exclusão de sócios em seus dispositivos, ocorrendo nos casos de: a) Não integralização do valor subscrito; b) Falência ou insolvência do sócio; c) Liquidação de quota penhorada; d) Falta grave no cumprimento de suas obrigações; e) Incapacidade superveniente do sócio; f) Exclusão do sócio por justa causa.

⁶⁵ CAMPINHO, Sérgio; PINTO, Mariana. **A sociedade limitada na perspectiva de sua dissolução**. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. 9786555597462. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555597462/>. Acesso em: 25 abr. 2022. P. 050

O Código Civil elencou as modalidades para a exclusão de sócio, porém esse rol não é taxativo. Há possibilidade da exclusão extrajudicial por justa causa, e nesta o legislador não especificou os casos possíveis de exclusão.⁶⁶

Em consonância Fabio Ulhoa Coelho esclarece sobre o referido instituto:

A exclusão não é, ao contrário do que se costuma lecionar, assunto de deliberação da sociedade. Não é a sociedade que expulsa o seu sócio. São os demais sócios, à vista da ocorrência de fato que a lei define como ensejador da expulsão, que passam a titularizar o correspondente direito. A efetiva ocorrência de fato dessa natureza é condição inafastável da exclusão. Se inexistia a causa legalmente prevista, ela não será possível por mera disposição de vontade dos sócios.⁶⁷

Diante do exposto a exclusão de sócios é a alternativa para preservar a sociedade, quando ameaçada por sócio que põem em risco o objetivo social.

3.1 EXCLUSÃO POR NÃO INTEGRALIZAÇÃO DO VALOR SUBSCRITO

Tem-se capital social como base imprescindível à sociedade limitada além de ser umas das principais obrigações dos sócios a sua devida integralização.

O sócio é considerado como remisso quando não cumpre sua obrigação para a devida formalização do capital social, podendo ter como consequência a exclusão de pleno direito, conforme exposto no artigo 1.058 do Código Civil:

Não integralizada a quota de sócio remisso, os outros sócios podem, sem prejuízo do disposto no art. 1.004 e seu parágrafo único, tomá-la para si ou transferi-la a terceiros, excluindo o primitivo titular e devolvendo-lhe o que houver pago, deduzidos os juros da mora, as prestações estabelecidas no contrato mais as despesas.⁶⁸

O sócio deve cumprir com sua obrigação quanto ao capital social nas formas e no período estipulado no contrato social.⁶⁹ Caso descumpra, a sociedade poderá

⁶⁶ OSHIRO, Denise Keiko. **Da Exclusão do sócio na Sociedade Limitada**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/307853/da-exclusao-do-socio-da-sociedade-limitada>. 24/04/2022. Acesso em: 19 de junho de 2022.

⁶⁷ COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial** - Direito de Empresa. São Paulo: Saraiva, 2021. P. 555

⁶⁸ BRASIL. **Lei n. 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm. Acesso em: 19 jun. 2022.

⁶⁹ MAMEDE, Gladston. **Direito Empresarial Brasileiro** - Direito Societário. São Paulo: Grupo GEN, 2021. 9788597027280. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597027280/>. Acesso em: 19 julho 2022. P. 223

executá-lo ou os demais sócios poderão optar por excluí-lo, nos moldes do Artigo 1.004 do Código Civil⁷⁰.

Para caracterização da mora, a sociedade deverá providenciar notificação para que integralize o capital social com concessão do prazo de 30 dias. À vista disto para a caracterização da mora vem a sujeição a notificação e do decurso do prazo, não ocorrendo de forma automática.⁷¹

Casso decorra o prazo sem a integralização do valor, o sócio perde o direito sobre as quotas já subscritas ou responde pelos danos decorrentes da mora. O prazo de 30 dias tem como início da contagem o recebimento da notificação, transcorrido o prazo os sócios poderão determinar a exclusão do sócio remisso ou reduzir sua participação societária ao valor já integralizado.⁷²

Dessa forma, nos termos do Código Civil, a sociedade tem três alternativas diante da não integralização do capital social, quais são: 1) A cobrança do valor devido referente a integralização da sua quota parte, com as devidas multas e correções monetárias. 2) A exclusão do sócio remisso 3) Redução da participação, restringindo a participação a quantia já integralizada.⁷³

Complementa ainda Gladston Mamede⁷⁴:

A exclusão do sócio remisso ou a redução da sua participação societária ao montante já integralizado (realizado) poderá implicar uma redução do capital registrado para assimilar os valores não aportados pelo sócio. Os demais sócios, contudo, poderão tomar para si a respectiva quota ou parte de quota, se una, ou quotas (artigo 1.058). Poderão, ademais, transferir a quota ou quotas a terceiro, embora seja forçoso reconhecer que os sócios têm preferência ao terceiro, salvo particularidades do ajuste. Havendo mais de um

⁷⁰ Art. 1.004. Os sócios são obrigados, na forma e prazo previstos, às contribuições estabelecidas no contrato social, e aquele que deixar de fazê-lo, nos trinta dias seguintes ao da notificação pela sociedade, responderá perante esta pelo dano emergente da mora. Parágrafo único. Verificada a mora, poderá a maioria dos demais sócios preferir, à indenização, a exclusão do sócio remisso, ou reduzir-lhe a quota ao montante já realizado, aplicando-se, em ambos os casos, o disposto no § 1º do art. 1.031.

BRASIL. **Lei n. 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em: 21 jul. 2022.

⁷¹ CAMPINHO, Sérgio; PINTO, Mariana. **A sociedade limitada na perspectiva de sua dissolução**. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. 9786555597462. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555597462/>. Acesso em: 21 jul. 2022. P. 53

⁷² MAMEDE, Gladston. **Direito Empresarial Brasileiro - Direito Societário**. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2021. 9788597027280. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597027280/>. Acesso em: 29 abr. 2022. P. 224

⁷³ MARTINELLI, Juliana Cristina. **Hipóteses de exclusão de sócio de sociedade limitada empresária**. 2006. Tese (Mestrado em Direito Econômico e Social) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2006. P. 66-67

⁷⁴ MAMEDE, Gladston. **Direito Empresarial Brasileiro - Direito Societário**. São Paulo]: Grupo GEN, 2021. 9788597027280. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597027280/>. Acesso em: 29 abr. 2022. P. 224

sócio interessado em tomar a quota ou as quotas para si, deverão ser essas atribuídas a todos eles, em iguais partes, se menos não quiserem. Em todos os casos, será necessário providenciar uma alteração contratual, traduzindo a nova composição societária.

Quando se refere ao sócio minoritário, a exclusão ocorre extrajudicialmente, caso conste em cláusula expressa, através de alteração contratual registrada na Junta Comercial.⁷⁵

Caso não conste essa cláusula no contrato social ou o sócio a ser excluído seja majoritário, será necessário processo judicial para assim realizar a exclusão. Posto isto descumprindo o sócio de sua obrigação será demandado através de ação de dissolução proposta pelos demais sócios e pela sociedade.⁷⁶

Com exclusão do sócio remisso pode ocorrer a transferência de suas quotas a terceiros, em substituição a redução do capital social. Caso já tenha integralizado parcialmente sua quota parte terá direito a restituição, sendo a sociedade designada a reter os valores relativos a juros de mora, despesas e multas contratuais.⁷⁷

3.2 FALÊNCIAS DO SÓCIO OU CUJA QUOTA FOI LIQUIDADADA POR UM CREDOR

O artigo 1.026 do Código Civil⁷⁸, consagrou que o sócio responde por suas dívidas particulares com a própria participação no capital social e não apenas com os lucros líquidos e outros valores advindos pela sociedade, e por se tratar de uma sociedade de pessoas com caráter pessoal, as quotas do sócio devedor não podem ser arrematadas e nem adjudicadas por terceiros, mas devem ser liquidadas e os eventuais saldos colocados à disposição dos credores.

⁷⁵ BECKER, Rosângela Erhardt. **A Quebra da Affectio Societatis Como Justa Causa para Exclusão de Sócio de Sociedade Limitada**. 2011. 87 f. TCC (Graduação em Direito) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2011. P.041

⁷⁶ BECKER, Rosângela Erhardt. **A Quebra da Affectio Societatis Como Justa Causa para Exclusão de Sócio de Sociedade Limitada**. 2011. 87 f. TCC (Graduação em Direito) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2011. P.042

⁷⁷ VIO, Daniel de Avila. **A exclusão de Sócios na Sociedade Limitada de Acordo com o Código Civil de 2002**. 2008. Tese (Mestrado em Direito Comercial) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. P.139

⁷⁸ Art. 1.026. O credor particular de sócio pode, na insuficiência de outros bens do devedor, fazer recair a execução sobre o que a este couber nos lucros da sociedade, ou na parte que lhe tocar em liquidação. Parágrafo único. Se a sociedade não estiver dissolvida, pode o credor requerer a liquidação da quota do devedor, cujo valor, apurado na forma do art. 1.031, será depositado em dinheiro, no juízo da execução, até noventa dias após aquela liquidação. BRASIL. **Lei n. 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em: 04 abr. 2022.

As disposições do artigo 1.026 permitem que o credor tenha acesso ao principal investimento do sócio devedor, em contrapartida, resguarda a sociedade ao permitir que a execução da dívida particular do sócio apenas recaia sobre a quota social caso demonstre a insuficiência de outros bens do devedor.⁷⁹

Visando proteger o interesse do credor, que alveja a satisfação de seu crédito a hipótese em questão faz recair sobre a execução sobre os haveres do devedor na sociedade, complementa ainda Sergio Campinho:⁸⁰

Encontra-se tal credor legitimado a requerer a liquidação da quota do sócio devedor, competindo à pessoa jurídica depositar, no juízo da execução, o correspondente valor em dinheiro, no prazo de até 90 dias contados a partir da data daquela liquidação. Essa modalidade de exclusão também é impositiva e não possui natureza sancionadora, como se pode perceber. Após a entrega judicial dos valores apurados na liquidação da quota, cumpre aos sócios remanescentes celebrar alteração contratual e registrá-la, a fim de retratar a nova composição social.

O Código Civil trata de duas modalidades de exclusão de pleno direito: a decretação de falência do sócio e a liquidação da quota a pedido do credor, previstas no artigo 1.026 com efeito o parágrafo primeiro do artigo 1.030 do Código Civil.⁸¹

Nestas, a exclusão ocorre de forma impositiva, os demais sócios não podem optar por não o efetivar, pois não é condicionada à vontade dos sócios remanescentes, mas sim uma expulsão automática, destituída de formalidades.⁸²

Toda a Sociedade Limitada está sujeita a exclusão do sócio falido, mas em contrapartida a exclusão pela liquidação de quota a pedido do credor abreje somente as sociedades limitadas sujeitas ao regime de regência supletiva das sociedades simples, isto porque sua disposição legal está prevista nas regras da sociedade Simples (artigo 1.026 do Código Civil). Aduz ainda Fábio Ulhoa Coelho.

Conseqüentemente, verifica-se uma omissão do capítulo das sociedades limitadas, e, neste caso, é aplicável o regime eleito pelos sócios no contrato

⁷⁹ VIO, Daniel de Avila. **A exclusão de Sócios na Sociedade Limitada de Acordo com o Código Civil de 2002**. 2008. Tese (Mestrado em Direito Comercial) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. P.53

⁸⁰ CAMPINHO, Sérgio; PINTO, Mariana. **A sociedade limitada na perspectiva de sua dissolução**. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. 9786555597462. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555597462/>. Acesso em: 01 ago. 2022. P. 53

⁸¹ COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial - Direito de Empresa**. São Paulo: Saraiva, 2021. P.520

⁸² VIO, Daniel de Avila. **A exclusão de Sócios na Sociedade Limitada de Acordo com o Código Civil de 2002**. 2008. Tese (Mestrado em Direito Comercial) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. P.55

social. Como a LSA não autoriza a redução do capital social para a satisfação do credor de acionista (o qual tem direito apenas a requerer a penhora judicial das ações do devedor e ressarcir-se mediante o produto da venda judicial destas), conclui-se que a sociedade limitada sujeita ao regime de regência supletiva da lei do anonimato não pode ser alcançada pela regra que determina essa particular hipótese de expulsão de pleno direito.⁸³

Há discussão quanto a referência expressa do parágrafo único do artigo 1.030⁸⁴ do Código Civil ao artigo 1.026 também do Código Civil, no qual confirma a perda do *status socii* na hipótese de liquidação total da participação societária.

Em uma das interpretações, para o credor atingir a participação societária é necessário que todas as suas quotas sejam liquidadas, não levando em consideração o valor total da dívida, que pode ser maior ou menor ao montante arrecadado com a apuração de seus haveres.⁸⁵

Outra interpretação possível e mais adequada é de que o parágrafo único do artigo 1.030 aplica-se somente nos casos em que a dívida executada seja igual ou superior aos valores apurados dos haveres, sendo inevitável a liquidação total da respectiva participação societária.⁸⁶

Para a sociedade a exclusão de pleno direito para sanar uma dívida referente a valor inferior aos haveres totais representaria uma descapitalização desnecessária que traz drásticas consequências a sociedade. Assim, é mais plausível se referir a perda do *status socii* somente nas hipóteses em que é indispensável empregar integralmente o montante dos haveres na satisfação do credor particular do quotista.⁸⁷

Complementa ainda Daniel de Avila Vio

Além disso, o parágrafo 4º, do novo artigo 685-A do Código de Processo Civil prevê, outrossim, que os sócios terão preferência na aquisição da participação societária penhorada, sempre que o credor-exequente não seja um quotista. Tal disposição confirma o entendimento de que, no novo regime,

⁸³ COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial** - Direito de Empresa. São Paulo: Saraiva, 2021. P.520

⁸⁴ Art. 1.030. Parágrafo único. Será de pleno direito excluído da sociedade o sócio declarado falido, ou aquele cuja quota tenha sido liquidada nos termos do parágrafo único do art. 1.026. BRASIL. **Lei n. 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm. Acesso em: 02 ago. 2022.

⁸⁵ VIO, Daniel de Avila. **A exclusão de Sócios na Sociedade Limitada de Acordo com o Código Civil de 2002**. 2008. Tese (Mestrado em Direito Comercial) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. P.54

⁸⁶ VIO, Daniel de Avila. **A exclusão de Sócios na Sociedade Limitada de Acordo com o Código Civil de 2002**. 2008. Tese (Mestrado em Direito Comercial) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. P.54

⁸⁷ VIO, Daniel de Avila. **A exclusão de Sócios na Sociedade Limitada de Acordo com o Código Civil de 2002**. 2008. Tese (Mestrado em Direito Comercial) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. P.56

é a própria quota da sociedade empresária o objeto da execução e não os haveres atribuíveis ao sócio devedor como resultado da liquidação de sua participação.

Em matéria de falência do sócio, a exclusão de pleno direito ocorre como resultado da formação da massa falida ou massa insolvente, “nas quais os bens do falido ou do insolvente são arrecadados para atender à execução coletiva de seus credores”.⁸⁸

Nessa modalidade a exclusão ocorre independente de pronunciamento judicial, não há a necessidade de observar a conduta do sócio, conseqüentemente não visa a nota punitiva ao sócio, basta a declaração de falência ou insolvência para o efeito imediato da perda do direito de administração e a arrecadação de bens do devedor.⁸⁹

Há grande importância na previsão de tal exclusão, pois a participação do sócio poderia ser arrecadada pelo administrador judicial a fim de sanar as dívidas e efetuar o pagamento dos credores. Isto posto, permite que a sociedade efetue a exclusão do sócio, apurando seus haveres, antes da arrecadação feita pelo Administrador Judicial.⁹⁰

As mesmas regras da falência são aplicadas ao sócio insolvente, havendo a necessidade da decisão judicial decretando a falência ou a insolvência para somente então proceder a exclusão do sócio. A exclusão ocorre extrajudicialmente, podendo ser feita por simples alteração judicial, dispensando a realização de assembleia.⁹¹

3.3 EXCLUSÃO POR FALTA GRAVE

Ao formar uma sociedade, através de um contrato plurilateral, duas ou mais pessoas se obrigam reciprocamente a contribuir com a atividade econômica e a partilhar, entre si, os resultados.⁹²

⁸⁸ MAMEDE, Gladston. **Direito Societário** (Direito Empresarial Brasileiro). São Paulo: Grupo GEN, 2022. 9786559772582. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559772582/>. Acesso em: 02 ago. 2022. P. 135

⁸⁹ CAMPINHO, Sérgio; PINTO, Mariana. **A sociedade limitada na perspectiva de sua dissolução**. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. 9786555597462. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555597462/>. Acesso em: 01 ago. 2022. P.53

⁹⁰ FIRMO, Rafael Santiago. **Exclusão do Sócio na Sociedade Limitada**. 2011. Tese (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. P. 41

⁹¹ BECKER, Rosângela Erhardt. **A Quebra da Affectio Societatis Como Justa Causa para Exclusão de Sócio de Sociedade Limitada**. 2011. 87 f. TCC (Graduação em Direito) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2011. P. 43

⁹²Artigo 981 do Código Civil: Celebram contrato de sociedade as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir, com bens ou serviços, para o exercício de atividade econômica e a partilha, entre

Nesse contrato, há direitos e deveres a serem cumpridos na relação sócio-sociedade e, a realização desses deveres reforça além do mais o vínculo jurídico, podendo até mesmo gerar novos deveres, embasado na confiança. No entanto, o descumprimento grave desses deveres, constitui motivos para a aplicação, dentre outras medidas, da exclusão do sócio.⁹³

Sendo assim, verificando-se a resolução do contrato por inadimplemento ao contrato plurilateral, tem-se que a violação grave de deveres por parte do sócio que afetar o fim comum não ocasionará o término (a dissolução) do contrato de sociedade, mas tão somente a extinção(resolução) do vínculo.⁹⁴

O *caput* do artigo 1.030 do Código Civil⁹⁵ possibilita a exclusão de sócio por falta grave, o artigo faz parte do capítulo que trata sobre sociedade simples, conseqüentemente aplicável a todos os tipos societários que a tenham como regime subsidiário, há também a referência expressa no artigo 1.085 do Código Civil⁹⁶, no qual o torna aplicável a todas as sociedades limitadas, inclusive as que são regidas subsidiariamente pelas normas da sociedade anônima.⁹⁷

Qualquer sócio, independentemente de sua fração do capital social, pode ser excluído judicialmente pela maioria dos demais sócios, nesse caso o *status socii* do *excluendo* permanece inalterado até decisão judicial favorável a exclusão.⁹⁸

si, dos resultados. Parágrafo único. A atividade pode restringir-se à realização de um ou mais negócios determinados.

BRASIL. **Lei n. 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em: 20 ago. 2022.

⁹³ THADEU, Felipe Etchalus. **A exclusão de sócio pela quebra da “affectio societatis” na sociedade limitada**. 2019. Tese (graduação em Direito) – Faculdade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. P. 32

⁹⁴ SPINELLI, Luiz Felipe. **A Exclusão de Sócio por Falta Grave na Sociedade Limitada: Fundamentos, Pressupostos e conseqüências**. 2014. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. P. 48

⁹⁵ Art. 1.030. Ressalvado o disposto no art. 1.004 e seu parágrafo único, pode o sócio ser excluído judicialmente, mediante iniciativa da maioria dos demais sócios, por falta grave no cumprimento de suas obrigações, ou, ainda, por incapacidade superveniente.

BRASIL. **Lei n. 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em: 20 ago. 2022.

⁹⁶ Art. 1.085. Ressalvado o disposto no art. 1.030, quando a maioria dos sócios, representativa de mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, poderá excluí-los da sociedade, mediante alteração do contrato social, desde que prevista neste a exclusão por justa causa. [...]

BRASIL. **Lei n. 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em: 20 ago. 2022.

⁹⁷ VIO, Daniel de Avila. **A exclusão de Sócios na Sociedade Limitada de Acordo com o Código Civil de 2002**. 2008. Tese (Mestrado em Direito Comercial) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. P.75

⁹⁸ CAMPINHO, Sérgio; PINTO, Mariana. **A sociedade limitada na perspectiva de sua dissolução**. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. 9786555597462. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555597462/>. Acesso em: 08 ago. 2022. P. 53

Falta Grave corresponde a toda conduta que “caracterize desrespeito relevante aos deveres sociais, conforme avaliação do magistrado”. A sociedade pode se precaver e prever em seu contrato social tais comportamentos, cuja verificação justifique a exclusão. Além do contrato social há inúmeras possibilidades, como atos desrespeitosos ao dever de lealdade, comportamento discordante com *affectio societatis*, concorrência com a sociedade, dentre outros.⁹⁹

Essa falta grave pode ser configurada por atos ou omissões ou também pode ser decorrer de apenas um ato (ou omissão) individualmente considerado (como o desvio de um determinado valor do caixa da sociedade), ou devido a um conjunto de atos (ou omissões) como a prática de atividades concorrentes.¹⁰⁰

Não enquadrada como hipótese de exclusão de pleno direito, a falta grave no cumprimento de suas obrigações não causa necessariamente a exclusão deste, podendo, os demais sócios ao analisar as consequências e os efeitos, verificar que não entendem como vantajosa a exclusão do sócio faltoso e optarem por mantê-lo no quadro social.¹⁰¹

Complementa Gladston Mamede

A exigência de iniciativa pela maioria dos demais sócios implica não apenas a instauração de uma instância *interna corporis*, própria da coletividade social, para a avaliação do que seja grave ou não. Implica igualmente a possibilidade de perdão social, vale dizer, de a maioria dos demais sócios recusar a exclusão daquele ou daqueles sócios, perdendo-lhes o comportamento. Mas é preciso considerar os direitos e os interesses da minoria vencida. A força do Direito Societário expressa-se exatamente aí: não na mera chancela dos *potentiores*; não na fácil e demagógica guarida aos meros reclamos dos *humilores*; mas na exaltação dos *honestiores*, garantindo que o contrato de sociedade (em tese, ou seja, para qualquer um, e em concreto, vale dizer, em cada caso) seja bom para todos. E com isso, com esse respeito às virtudes sociais em cada célula, fica saudável o tecido como um todo: o Estado Democrático de Direito e a economia nacional.¹⁰²

⁹⁹ MAMEDE, Gladston. **Direito Societário (Direito Empresarial Brasileiro)**. São Paulo: Grupo GEN, 2022. 9786559772582. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559772582/>. Acesso em: 15 ago. 2022. P. 133

¹⁰⁰ SPINELLI, Luiz Felipe. **A Exclusão de Sócio por Falta Grave na Sociedade Limitada: Fundamentos, Pressupostos e consequências**. 2014. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. P. 74

¹⁰¹ MARTINELLI, Juliana Cristina. **Hipóteses de exclusão de sócio de sociedade limitada empresária**. 2006. Tese (Mestrado em Direito Econômico e Social) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2006. P. 124

¹⁰² MAMEDE, Gladston. **Direito Societário (Direito Empresarial Brasileiro)**. São Paulo: Grupo GEN, 2022. 9786559772582. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559772582/>. Acesso em: 15 ago. 2022. P. 134

Ainda, a falta grave deve embasar-se em fatos posteriores ao ingresso do sócio na sociedade, bem como os atos para fundamentar a exclusão não podem ter sido objeto de perdão dos demais sócios¹⁰³.

Aduz Daniel Vio¹⁰⁴

Os sócios adimplentes não podem “armazenar” faltas graves de seus consócios, para argüi-las somente quando julgarem adequado, em circunstâncias não relacionadas com o anterior inadimplemento. Tal como, por exemplo, na iminência da concretização de vantajosa transação comercial, evitando assim compartilhar com o sócio excluindo os respectivos lucros.

Inferre-se, pois que, verificado o acontecimento da falta grave contra a sociedade deve, em tempo razoável, ocorrer o mecanismo da exclusão.

3.4 EXCLUSÃO POR INCAPACIDADE SUPERVENIENTE

A incapacidade civil superveniente também é fator fomentador de sua exclusão, feito por ação judicial através da iniciativa da maioria dos demais sócios, no qual se calcula por participação no capital social e não por cabeça.¹⁰⁵

Complementa Gladston Mamede

A participação do Ministério Público na ação constitutiva em que se pede a exclusão do sócio interdito é obrigatória. O pedido deverá ser instruído, obrigatoriamente, com a sentença constitutiva da interdição, transitada em julgado, embora deva-se reconhecer o direito de os demais sócios, comprovando problemas advindos do estado de que padeça o sócio, pedirem o seu afastamento temporário das atividades sociais. Esse pedido se fará em ação cautelar que indique a ação de exclusão como feito principal, apontando, ademais, o transcurso do processo de interdição como óbice ao pronto ajuizamento daquela. O trintídio para ajuizamento do feito principal não transcorrerá até o trânsito em julgado da sentença na ação de interdição.

Pretendendo a exclusão de sócio a incapacidade deverá ser necessariamente superveniente, após a constituição da sociedade, pois somente assim há o condão

¹⁰³ THADEU, Felipe Etchalus. **A exclusão de sócio pela quebra da “affectio societatis” na sociedade limitada**. 2019. Tese (graduação em Direito) – Faculdade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. P. 35

¹⁰⁴ VIO, Daniel de Avila. **A exclusão de Sócios na Sociedade Limitada de Acordo com o Código Civil de 2002**. 2008. Tese (Mestrado em Direito Comercial) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. P.161

¹⁰⁵ CAMPINHO, Sérgio; PINTO, Mariana. **A sociedade limitada na perspectiva de sua dissolução**. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. 9786555597462. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555597462/>. Acesso em: 18 ago. 2022. P. 52

para promover a alteração no contrato de sociedade. A decisão da maioria dos demais sócios podem ser voltada a propositura da ação judicial ou da permanência do sócio no seio social.¹⁰⁶

Caso os sócios optem por manter o sócio incapaz na sociedade, precisa ajustar-se aos termos do artigo 974, §3º do Código Civil¹⁰⁷. Desta forma, o sócio incapaz pode seguir ostentando a condição de sócio desde que, simultaneamente, não exerça a administração da sociedade, o capital social esteja totalmente integralizado, e por fim que, como relativamente incapaz, seja assistido.¹⁰⁸

3.5 EXCLUSÃO DE SÓCIOS POR JUSTA CAUSA

Ao celebrarem um contrato de sociedade, os sócios se comprometem a prestar sua colaboração ao êxito do fim social. O bom desenvolvimento das atividades sociais da empresa está atrelado a colaboração dos sócios assim, pensando em sua preservação, a sociedade pode excluir o sócio que falte com sua obrigação ou pratique atos que violem o dever de colaboração.¹⁰⁹

Existem deveres fundamentais que devem ser exercidos pelos sócios de maneira sucinta. Dentre eles podemos destacar com maior relevância: “a) cooperação recíproca; b) formação e administração do capital social; c) responsabilidade com terceiros.” Pode-se entender a cooperação como o propósito de conjugar esforços,

¹⁰⁶ CAMPINHO, Sérgio; PINTO, Mariana. **A sociedade limitada na perspectiva de sua dissolução**. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. 9786555597462. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555597462/>. Acesso em: 18 ago. 2022. P. 52

¹⁰⁷ Art. 974. Poderá o incapaz, por meio de representante ou devidamente assistido, continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor de herança.

§ 3º O Registro Público de Empresas Mercantis a cargo das Juntas Comerciais deverá registrar contratos ou alterações contratuais de sociedade que envolva sócio incapaz, desde que atendidos, de forma conjunta, os seguintes pressupostos:

I – O sócio incapaz não pode exercer a administração da sociedade;

II – O capital social deve ser totalmente integralizado;

III – o sócio relativamente incapaz deve ser assistido e o absolutamente incapaz deve ser representado por seus representantes legais.

BRASIL. **Lei n. 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm. Acesso em: 20 ago. 2022.

¹⁰⁸ CAMPINHO, Sérgio; PINTO, Mariana. **A sociedade limitada na perspectiva de sua dissolução**. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. 9786555597462. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555597462/>. Acesso em: 18 ago. 2022. P. 52

¹⁰⁹ MARTINELLI, Juliana Cristina. **Hipóteses de exclusão de sócio de sociedade limitada empresária**. 2006. Tese (Mestrado em Direito Econômico e Social) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2006. P. 80

colaboração ativa e imprescindível tanto para a constituição quanto para a conservação da sociedade empresarial.¹¹⁰

O descumprimento desses deveres por parte do sócio possibilita sua exclusão por justa causa e sua configuração pode ser pactuada no contrato social de acordo com os interesses de todos os sócios. Caso pactuada pode haver revisão do judiciário, conforme complementa Zanetti¹¹¹

Nossos tribunais consideram com justa causa para a exclusão do sócio, por deliberação da maioria, independente de previsão contratual, a prática comprovada de atos gerenciais atentatórios à economia da sociedade; o fato de o quotista minoritário passar a pagar contas particulares com o dinheiro da sociedade; a existência de crise social intransponível e exteriorização de atos incompatíveis com a vontade do sócio remanescente em prosseguir com a vida da sociedade; o fato de o sócio abandonar a sociedade sem o consentimento dos demais, mudando seu domicílio para residir em outro Estado, desde que comprometa os fins sociais, pois, se não comprometer os fins sociais, mesmo que o sócio mude para outro Estado, este não será motivo para sua exclusão, já que com o uso da Internet, é possível a realização de trabalho intelectual sem a presença física.

O Código Civil não definiu taxativamente os atos ou omissões de um sócio que teriam como consequência a sua exclusão, tornando dificultosa a tarefa de identificar o que seria razão para justa causa. Aduz Beliza¹¹²

Preferiu o legislador civilista realizar previsões genéricas, indicando que sócios poderiam ser compulsoriamente afastados “por falta grave no cumprimento de suas obrigações” (art. 1.030, referente à exclusão judicial de sócios) ou quando “um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade” (art. 1.085, relativo à exclusão extrajudicial de sócios), deixando à mercê da interpretação subjetiva dos aplicadores da norma.

Visto a ausência de parâmetros objetivos dados pela legislação, tem-se o projeto de lei 2158/2011, que se propõe a maior clareza da conceituação de justa causa e falta grave para exclusão do sócio.

¹¹⁰ ALMEIDA, Amador Paes D. **Manual das Sociedades Comerciais**. São Paulo: Editora Saraiva, 2018. E-book. 9788553601592. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553601592/>. Acesso em: 19 ago. 2022.P. 59

¹¹¹ ZANETTI, Robson. **Manual da sociedade limitada**. Curitiba: Juruá, 2007. P. 276-277

¹¹² BELIZA, Danilo Lopes: Exclusão Do Sócio Na Sociedade Limitada: Uma Análise Crítica E Comparativa Sobre O Conceito De Justa Causa. **Revista Científica Semana Acadêmica**, v. 01, p. 01-15, 2019. P. 9

A proposta visa alterar o artigo 1.030 do Código Civil, propondo a seguinte alteração¹¹³:

Art. 1.030.

§ 1º Consideram-se faltas graves:

I - A ação do sócio que contrarie, impeça ou prejudique de qualquer forma os objetivos sociais;

II – O não cumprimento pelo sócio de suas obrigações contratuais societárias.

§ 2º (NR)¹¹⁴

Em suma a proposta visa deixar a interpretação sistemática da exclusão de sócio mais objetiva, em contrapartida a adição do parágrafo, na forma proposta, traz margem para interpretações por parte do estado-juíz. É isso por exemplo no inciso I, que utiliza o termo objetivos sociais, no qual a interpretação novamente ficará ao cargo do julgador, conceituando tais objetivos sociais e quais seriam as ofensas a estes objetivos e os seus critérios de gravidade.¹¹⁵

São poucos os resultados a serem alcançados pela alteração proposta, e muitas as interpretações diferentes de cada julgador ou tribunal, tendo “uma interpretação própria para a gravidade dos atos praticados e se tais atos seriam capazes de gerar o resultado exclusão daquele sócio.”¹¹⁶

3.6 EXCLUSÃO DO SÓCIO MINORITÁRIO

O parágrafo único do artigo 1.085 do Código Civil¹¹⁷ trouxe grande inovação ao direito societário ao intitular regras a exclusão de sócio na sociedade limitada, prevê

¹¹³ BELIZA, Danilo Lopes: Exclusão Do Sócio Na Sociedade Limitada: Uma Análise Crítica E Comparativa Sobre O Conceito De Justa Causa. **Revista Científica Semana Acadêmica**, v. 01, p. 01-15, 2019. P. 10

¹¹⁴ BRASIL. **Lei n. 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em: 20 ago. 2022.

¹¹⁵ FREITAS, Aline R. Ferreira: **A exclusão do sócio por falta grave na sociedade Ltda**, Jusbrasil, 2014. Disponível em: <https://teixeirafreitasadvocacia.jusbrasil.com.br/artigos/161912633/a-exclusao-do-socio-por-falta-grave-na-sociedade-ltda>. Acesso em: 30 de ago. de 2022

¹¹⁶ BELIZA, Danilo Lopes: Exclusão Do Sócio Na Sociedade Limitada: Uma Análise Crítica E Comparativa Sobre O Conceito De Justa Causa. **Revista Científica Semana Acadêmica**, v. 01, p. 01-15, 2019. P. 11

¹¹⁷ Art. 1.085. Parágrafo único. Ressalvado o caso em que haja apenas dois sócios na sociedade, a exclusão de um sócio somente poderá ser determinada em reunião ou assembleia especialmente convocada para esse fim, ciente o acusado em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

BRASIL. **Lei n. 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em: 20 ago. 2022.

a exclusão extrajudicial do sócio, nos casos em que mais da metade do capital social, entender que o referido sócio põe em risco a continuidade da empresa.¹¹⁸

Assim, o sócio majoritário passa a ter o poder de excluir o minoritário, quando a sociedade for composta por apenas dois sócios, com a condição de que haja a previsão no contrato social e o expulso tenha cometido falta grave.¹¹⁹

Em conformidade ao pensamento de Cristiano Padial Fogaça Pereira¹²⁰:

A alteração do parágrafo único do art. 1.085, do CC é positiva, embora tenha sido aperfeiçoada por meio de redação que pode levar à ambiguidade. A expressão "ressalvado o caso em que haja apenas dois sócios na sociedade" pode conduzir à interpretação errônea de que em uma sociedade com somente dois sócios não seria aplicável a exclusão extrajudicial. Não parece ser esta a melhor interpretação. Entendemos que o intuito do texto é dizer que, em uma sociedade em que somente haja dois sócios, torna-se desnecessária a reunião ou assembleia para deliberar-se sobre a exclusão extrajudicial, podendo haver mera alteração ao contrato social promovida pelo majoritário.

Devido a iniciativa dessa exclusão ser de competência da maioria dos sócios, que representem mais da metade do capital social¹²¹, ela ocorre extrajudicialmente, havendo a necessidade do contrato social prever tal possibilidade¹²²

Excluindo o sócio retira-se deste seu direito individual, para isso acontecer, deve necessariamente conter justa causa, prática de atos que põem em risco a continuidade da empresa, caso contrário caracteriza-se abuso de direito e pode o judiciário entender como motivo de anulação da exclusão.¹²³

Caso não ocorra, por parte do sócio a ser excluído, a prática de ato ilícito, se não se enquadra em hipótese de gravidade inequívoca ou se o fato não põem a

¹¹⁸ HENTZ, Luiz Antonio Soares; DIAS, Fabio Marques: Exclusão Extrajudicial do Sócio Minoritário de Sociedade Limitada. **Revista de Informação legislativa**, V.197, P. 205-221, 2013. P. 206

¹¹⁹ TERRA, João Lucas; TEIXEIRA, Tarcisio. Inconstitucionalidade da Exclusão Unilateral do sócio Minoritário nas Sociedades Limitadas. **Revista Brasileira de Direito Comercial**, V. 39, P. 54-72, 2021. P. 65

¹²⁰ PEREIRA, Cristiano Padial Fogaça. **Dissolução Parcial de Sociedades Limitadas; Retirada e Exclusão de Sócio**. São Paulo: Almedina, 1 ed. 2021. P. 88

¹²¹ Art. 1.085. Parágrafo único. Ressalvado o caso em que haja apenas dois sócios na sociedade, a exclusão de um sócio somente poderá ser determinada em reunião ou assembleia especialmente convocada para esse fim, ciente o acusado em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

BRASIL. **Lei n. 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em: 01 set. 2022.

¹²² CAMPINHO, Sérgio; PINTO, Mariana. **A sociedade limitada na perspectiva de sua dissolução**. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. 9786555597462. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555597462/>. Acesso em: 01 set. 2022. P. 54

¹²³ TERRA, João Lucas; TEIXEIRA, Tarcisio. Inconstitucionalidade da Exclusão Unilateral do sócio Minoritário nas Sociedades Limitadas. **Revista Brasileira de Direito Comercial**, V. 39, P. 54-72, 2021. P. 68

continuidade da empresa em risco não poderá ocorrer a exclusão extrajudicial do sócio minoritário, ocorre assim abuso no exercício do direito de exclusão extrajudicial, “caracterizada estará a prática de ato ilícito (artigo 187). Conseqüentemente, o minoritário poderá, por meio de ação judicial, obter a nulidade de sua exclusão e da respectiva alteração contratual”.¹²⁴

Conforme aduz Sergio Campinho:

De todo modo, para que a exclusão extrajudicial espelhada no artigo 1.085 *sub examen* possa se concretizar, deverá necessariamente ser deliberada em assembleia ou reunião de sócios especialmente convocada para esse fim, com a prévia ciência do sócio que se pretende excluir, de modo que ele tenha a oportunidade de comparecer ao conclave e exercer o direito de defender-se das imputações contra ele lançadas.¹²⁵

(...)

Na específica situação prevista no artigo 1.085 em análise, o conclave social não poderá, em nenhuma hipótese, deixar de existir, pois se apresenta como uma condição para a implementação da exclusão extrajudicial de sócio de sociedade limitada, compondo, assim, a forma prescrita em lei para esse fim.

No que se diz respeito ao direito de defesa, o sócio minoritário poderá exercer, por escrito ou de forma oral, por via arbitral ou ainda administrativa. Poderá através de ação judicial pleitear a revisão ou anulação de sua exclusão caso não contenha os requisitos formais ou materiais.¹²⁶

Nesse viés, levando-se em conta todo o explicitado até o momento, e tendo em vista o objeto principal da presente pesquisa, se faz necessário aprofundar o estudo em relação a possibilidade da exclusão, da retirada do sócio da sociedade sem pôr fim a ela, prestigiando o princípio da preservação da empresa.

¹²⁴ MAMEDE, Gladston. **Direito Societário (Direito Empresarial Brasileiro)**. São Paulo: Grupo GEN, 2022. E-book. 9786559772582. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559772582/>. Acesso em: 01 set. 2022. P. 272

¹²⁵ CAMPINHO, Sérgio; PINTO, Mariana. **A sociedade limitada na perspectiva de sua dissolução**. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. 9786555597462. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555597462/>. Acesso em: 01 set. 2022. P. 55

¹²⁶ DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro - Direito de Empresa**. São Paulo: Editora Saraiva, 2017. P.

4 APORTES SOBRE A EXCLUSÃO DO SÓCIO DA LIMITADA

4.1 PROCEDIMENTO PARA A EXCLUSÃO

Há possibilidade de ocorrer a ruptura do vínculo societário do sócio que se desliga da sociedade ao mesmo tempo que se permite a continuação da empresa, é a denominada dissolução parcial.¹²⁷

A sociedade limitada constituída por um contrato de índole plurilateral, como já abordado anteriormente, tem como característica o interesse de seus celebrantes destinados a um fim comum que é a obtenção e a partilha dos lucros resultantes da exploração da atividade econômica pela pessoa jurídica e, como consequência gera direitos e deveres a serem observados pelos sócios.¹²⁸

O instituto da dissolução parcial está relacionado com a teoria da preservação da empresa, em face da função social por ela exercida. Considerando que a empresa deve permanentemente ser protegida e conservada, ao mesmo tempo que, há necessidade de fazer valer os interesses distintos da sociedade e dos sócios, a jurisprudência e a doutrina passaram a admitir a extinção do vínculo societário em relação a apenas um sócio sem que houvesse a interrupção da existência da pessoa jurídica.¹²⁹

Sendo assim, há o amparo para com a sociedade em casos de falecimento, retirada ou exclusão do sócio. A interrupção do vínculo contratual do sócio por qualquer desses motivos não compromete a continuidade dos vínculos entre a sociedade e os demais sócios. Preservando o contrato da sociedade.¹³⁰

A dissolução parcial é a resilição do contrato social em relação a um ou mais sócios, em decorrência dos motivos desenvolvidos no capítulo anterior, os quais

¹²⁷ CAMPINHO, Sérgio. **Curso de Direito Comercial - Direito de Empresa**. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. ISBN 9786553620780. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553620780/>. Acesso em: 22 set. 2022. P. 89

¹²⁸ CAMPINHO, Sérgio; PINTO, Mariana. **A sociedade limitada na perspectiva de sua dissolução**. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. ISBN 9786555597462. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555597462/>. Acesso em: 22 set. 2022. P. 37

¹²⁹ CASTRO, Maria Grimaldi. O processo de dissolução parcial de sociedade contratual regulamentado pelo CPC/2015. **Percorso Acadêmico (Revista Interdisciplinar da PUC Minas)**, Belo Horizonte, v. 9, n 17, jan/jun/2019. P. 2

¹³⁰ CAMPINHO, Sérgio; PINTO, Mariana. **A sociedade limitada na perspectiva de sua dissolução**. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. ISBN 9786555597462. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555597462/>. Acesso em: 22 set. 2022. P. 37

provocam a extinção do vínculo contratual societários que o submete a sociedade, “e, o fundamento dessa resolução parcial do contrato de sociedade é a necessidade de preservação da empresa, razão pela qual a sociedade permanece a despeito do desligamento de um de seus sócios,”¹³¹

O Código Civil em seus artigos 599 a 609 dedica exclusivamente a ação de dissolução parcial da sociedade, constituindo-a como um procedimento especial de jurisdição contenciosa.

Conforme expresso no artigo 599 do Código Civil¹³²:

Art. 599. A ação de dissolução parcial de sociedade pode ter por objeto:
I - a resolução da sociedade empresária contratual ou simples em relação ao sócio falecido, excluído ou que exerceu o direito de retirada ou recesso; e
II - a apuração dos haveres do sócio falecido, excluído ou que exerceu o direito de retirada ou recesso; ou
III - somente a resolução ou a apuração de haveres.

Isso se justifica e se evidencia nos casos em que o sócio excluído e os demais não demonstrem contradições quanto ao desligamento da empresa, entretanto divergem quanto ao valor de haveres devido pela sociedade. Entendendo por bem questionar somente a apuração de haveres.¹³³

Nesta senda, pode ser fato controverso entre as partes a exclusão do sócio, ao modo que entrem em consenso quanto a apuração de haveres, sendo fato incontroverso por exemplo por estarem cientes do termos previstos no contrato social.¹³⁴

Pode ainda, ocorrer a ação cumular ambos os pedidos, pretendendo o desfazimento do vínculo societário cumulada com a ação de apuração de haveres.¹³⁵

Aduz Sérgio Campinho¹³⁶:

¹³¹ PEREIRA, Cristiano Padial Fogaça. **Dissolução Parcial de Sociedades Limitadas; Retirada e Exclusão de Sócio**. São Paulo: Almedina, 1 ed. 2021. P. 73

¹³² BRASIL. **Lei n. 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em: 22 set. 2022.

¹³³ CASTRO, Maria Grimaldi. O processo de dissolução parcial de sociedade contratual regulamentado pelo CPC/2015. **Percursos Acadêmicos** (Revista Interdisciplinar da PUC Minas), Belo Horizonte, v. 9, n. 17, jan/jun/2019. P. 76

¹³⁴ PEREIRA, Cristiano Padial Fogaça. **Dissolução Parcial de Sociedades Limitadas; Retirada e Exclusão de Sócio**. São Paulo: Almedina, 1 ed. 2021. P. 115

¹³⁵ CAMPINHO, Sérgio; PINTO, Mariana. **A sociedade limitada na perspectiva de sua dissolução**. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. ISBN 9786555597462. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555597462/>. Acesso em: 22 set. 2022. P.60

¹³⁶ CAMPINHO, Sérgio; PINTO, Mariana. **A sociedade limitada na perspectiva de sua dissolução**. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. ISBN 9786555597462. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555597462/>. Acesso em: 22 set. 2022. P.60

Os institutos da dissolução parcial e da apuração de haveres não se confundem, sendo certo que ensejam a prolação de sentenças com conteúdos e naturezas jurídicas completamente distintos.

Por um lado, a ação de dissolução parcial propriamente dita se manifesta pela ruptura do vínculo que une o sócio à sociedade e aos seus demais sócios, desafiando sentença de natureza constitutiva negativa ou desconstitutiva. Por outro lado, a ação autônoma de apuração de haveres pressupõe o prévio desfazimento do referido vínculo e rende ensejo à sentença de natureza condenatória

Nas hipóteses de exclusão extrajudicial de sócios, será cabível a propositura da ação exclusivamente de apuração de haveres. É comum que, nessas situações, uma vez solidificado o desligamento extrajudicial do sócio, o grande ponto questionável respalde na discussão a respeito dos critérios para a apuração de haveres, tais como data-base, forma de cálculo entre outros.¹³⁷

O parágrafo primeiro do artigo 599 do Código Civil estabelece que a petição inicial deve ser instruída com o contrato social vigente, tal comando é dado visto a necessidade de se verificar e evitar controversas acerca da distribuição do capital social, as regras do pagamento de haveres entre outras questões importantes que são dispostas entre os sócios.¹³⁸

Conforme Cristiano Padial Fogaça Pereira os artigos 599 à 600 do código de Processo Civil tratam de forma igualitária a ação de dissolução parcial em sentido estrito, quando se tem por objeto a sentença com cunho constitutivo negativo e a dissolução parcial em sentido amplo, sendo a apuração de haveres. Embora a doutrina clássica processual não convenha com essa cumulação de ritos, é conveniente a forma de tutelar o direito material em questão, a despeito de formalidades processuais.¹³⁹

A disciplina da legitimidade ativa para propor a ação de dissolução parcial está disposta no artigo 600 do Código de Processo Civil¹⁴⁰.

¹³⁷ CASTRO, Maria Grimaldi. O processo de dissolução parcial de sociedade contratual regulamentado pelo CPC/2015. **Percursos Acadêmicos** (Revista Interdisciplinar da PUC Minas), Belo Horizonte, v. 9, n. 17, jan/jun/2019. P. 76

¹³⁸ PEREIRA, Cristiano Padial Fogaça. **Dissolução Parcial de Sociedades Limitadas; Retirada e Exclusão de Sócio**. São Paulo: Almedina, 1 ed. 2021. P. 116

¹³⁹ PEREIRA, Cristiano Padial Fogaça. **Dissolução Parcial de Sociedades Limitadas; Retirada e Exclusão de Sócio**. São Paulo: Almedina, 1 ed. 2021. P. 118

¹⁴⁰ Art. 600. A ação pode ser proposta:

- I - pelo espólio do sócio falecido, quando a totalidade dos sucessores não ingressar na sociedade;
- II - pelos sucessores, após concluída a partilha do sócio falecido;
- III - pela sociedade, se os sócios sobreviventes não admitirem o ingresso do espólio ou dos sucessores do falecido na sociedade, quando esse direito decorrer do contrato social;

Visto o escopo do presente estudo, os incisos I, II, III e IV do artigo 600 do Código de Processo Civil, que se referem à morte do sócio, o ingresso ou não de seus sucessores e a legitimidade ativa do sócio que exerceu o direito de retirada ou de recesso não serão apreciados.

Passa-se, portanto a análise do inciso V do artigo 600 do Código de Processo Civil, que prevê a possibilidade de a sociedade, quando não houver a possibilidade de ocorrer a exclusão extrajudicial do sócio, ajuizar a ação e dissolução parcial para concretizar a expulsão deste. Desta maneira, quem tem a legitimidade ativa para ajuizar a ação de dissolução parcial é a própria sociedade e não os sócios desta.¹⁴¹

A luz do disposto, volta-se assim no sentido ao expresso no artigo 1.030 do Código Civil, já abordado anteriormente. Tendo, a ação, como finalidade a ruptura do vínculo que une o sócio a sociedade e com cumulação de pedidos a apuração judicial de haveres.¹⁴²

Conforme o artigo 1.085 do Código Civil¹⁴³ os sócios que possuem mais da metade do capital social podem excluir extrajudicialmente quem esteja tornando vulnerável a continuidade das atividades, devido a atos de inegável gravidade, desde que o contrato social preveja tal possibilidade. Se a exclusão extrajudicial não estiver prevista no contrato social, a única possibilidade será através da via judicial,

IV - pelo sócio que exerceu o direito de retirada ou recesso, se não tiver sido providenciada, pelos demais sócios, a alteração contratual consensual formalizando o desligamento, depois de transcorridos 10 (dez) dias do exercício do direito;

V - pela sociedade, nos casos em que a lei não autoriza a exclusão extrajudicial; ou

VI - pelo sócio excluído.

Parágrafo único. O cônjuge ou companheiro do sócio cujo casamento, união estável ou convivência terminou poderá requerer a apuração de seus haveres na sociedade, que serão pagos à conta da quota social titulada por este sócio.

BRASIL. **Lei nº 13.105**, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm. Acesso em: 26 set. 2022.

¹⁴¹ PEREIRA, Cristiano Padial Fogaça. **Dissolução Parcial de Sociedades Limitadas; Retirada e Exclusão de Sócio**. São Paulo: Almedina, 1 ed. 2021. P. 121

¹⁴² CAMPINHO, Sérgio; PINTO, Mariana. **A sociedade limitada na perspectiva de sua dissolução**. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. ISBN 9786555597462. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555597462/>. Acesso em: 26 set. 2022.

¹⁴³ Art. 1.085. Ressalvado o disposto no art. 1.030, quando a maioria dos sócios, representativa de mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, poderá excluí-los da sociedade, mediante alteração do contrato social, desde que prevista neste a exclusão por justa causa.

Parágrafo único. Ressalvado o caso em que haja apenas dois sócios na sociedade, a exclusão de um sócio somente poderá ser determinada em reunião ou assembleia especialmente convocada para esse fim, ciente o acusado em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

BRASIL. **Lei n. 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm. Acesso em: 26 set. 2022.

contemplada no *capit* do artigo 1.030 do Código Civil¹⁴⁴, devendo ter necessariamente a iniciativa da maioria dos demais sócios.¹⁴⁵

Há questão controversa nesse sentido, na qual o inciso não é esclarecedor em sua redação, manifesta que a sociedade será parte legítima do polo ativo para ajuizar a ação sempre que não houver a possibilidade da exclusão extrajudicial.¹⁴⁶

A lei transmite a ideia de que não cabe exclusão judicial quando há possibilidade de excluir o sócio extrajudicialmente, ficando vago se a intenção do legislador foi realmente essa ou se trata de mera obscuridade involuntária. Nesse sentido Cristiano P. F. Pereira defende a ideia de que a sociedade tem o interesse de agir para a exclusão judicial, mesmo sendo hipótese de exclusão extrajudicial.¹⁴⁷

Acrescenta nesse ponto Erasmo V. A. França e Von A. Novaes:¹⁴⁸

Mesmo diante do CPC/15, continuamos a pensar da mesma forma, em que pese a maneira infeliz com que se expressou o legislador. Negar-se aos interessados o recurso à via judicial, em casos onde exista uma dúvida objetiva acerca do cabimento ou da viabilidade da exclusão extrajudicial, ou simplesmente porque assim desejam, é antítese da noção de instrumentalidade do processo e, portanto, transformar tal instrumento em um fim em si mesmo, dissociado daquele inerente à boa distribuição da Justiça.

Havia outro forte desentendimento doutrinário antes do advento do Código de Processo Civil de 2015 quanto a legitimidade ativa caber a sociedade ou aos sócios, devido ao artigo 1.030 do Código Civil, abordado anteriormente, que estabelecem a iniciativa da maioria dos sócios para a exclusão judicial.¹⁴⁹

A divergência restou sanada com o inciso V, trazendo expressamente a sociedade como polo ativo da demanda. Devido à natureza contratual da sociedade

¹⁴⁴ Art. 1.030. Ressalvado o disposto no art. 1.004 e seu parágrafo único, pode o sócio ser excluído judicialmente, mediante iniciativa da maioria dos demais sócios, por falta grave no cumprimento de suas obrigações, ou, ainda, por incapacidade superveniente. BRASIL. **Lei n. 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em: 29 set. 2022.

¹⁴⁵ CAMPINHO, Sérgio; PINTO, Mariana. **A sociedade limitada na perspectiva de sua dissolução**. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. ISBN 9786555597462. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555597462/>. Acesso em: 26 set. 2022. P.65

¹⁴⁶ FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes; VON ADAMEK, Marcelo Vieira. **Da ação de Dissolução Parcial de Sociedade: comentários breves ao CPC/2015**. São Paulo: Malheiros, 2016. P. 41

¹⁴⁷ PEREIRA, Cristiano Padial Fogaça. **Dissolução Parcial de Sociedades Limitadas; Retirada e Exclusão de Sócio**. São Paulo: Almedina, 1 ed. 2021. P. 121

¹⁴⁸ FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes; VON ADAMEK, Marcelo Vieira. **Da ação de Dissolução Parcial de Sociedade: comentários breves ao CPC/2015**. São Paulo: Malheiros, 2016, p. 42.

¹⁴⁹ PEREIRA, Cristiano Padial Fogaça. **Dissolução Parcial de Sociedades Limitadas; Retirada e Exclusão de Sócio**. São Paulo: Almedina, 1 ed. 2021. P. 121

limitada, Sérgio Campinho e Mariana Pinto trazem o entendimento que a mesma tem a possibilidade de vir acompanhada dos demais sócios ou da maioria deles, conforme o disposto no próprio artigo 1.030 do Código Civil. Entretanto não há obrigatoriedade, sendo uma mera faculdade dos sócios, pois ela não precisa estar acompanhada, mas pode estar.”¹⁵⁰

Complemente ainda Sérgio Campinho e Mariana Pinto¹⁵¹:

Iniciativa e legitimidade ativa não se confundem. As duas hipóteses de exclusão judicial retratadas no artigo 1.030 do Código Civil dependem da iniciativa da maioria dos demais sócios, mas, em ambos os casos, a legitimidade ativa é da sociedade. É que, para a legitimada poder agir, se torna indispensável a regularidade de sua vontade, expressada por meio de seu órgão deliberativo, segundo uma maioria legalmente estabelecida. A exclusão judicial do sócio que comete falta grave no cumprimento de suas obrigações e a daquele que é acometido por incapacidade superveniente demandam a aprovação da maioria dos demais sócios. A ausência dessa aprovação pode ser suprida pela presença dos demais sócios ou ao menos daqueles que, em conjunto, titularizem quotas representativas de mais da metade do capital social desconsiderada a participação do excluendo. De uma forma ou de outra, atende-se à exigência constante do mencionado artigo 1.030, que é condição de procedibilidade para a propositura da ação de exclusão pela sociedade.

O inciso VI do artigo 600 do Código de Processo Civil atribui ao sócio excluído a possibilidade de ingressar com ação de dissolução parcial em sentido amplo, buscando a apuração de haveres, eis que já ocorrido a exclusão extrajudicialmente por vontade dos demais sócios.¹⁵²

Poderá também ingressar com a ação anulatória da aludida deliberação, caso o sócio pretender se insurgir contra a deliberação que resultou em sua exclusão. Neste sentido, o sócio excluído pode concordar com a expulsão e com base no artigo 600, VI, do Código de Processo Civil mover ação em busca de seus haveres ou ajuizar ação anulatória do ato.¹⁵³

¹⁵⁰ CAMPINHO, Sérgio; PINTO, Mariana. **A sociedade limitada na perspectiva de sua dissolução**. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. ISBN 9786555597462. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555597462/>. Acesso em: 29 set. 2022. P.64

¹⁵¹ CAMPINHO, Sérgio; PINTO, Mariana. **A sociedade limitada na perspectiva de sua dissolução**. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. ISBN 9786555597462. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555597462/>. Acesso em: 29 set. 2022. P.64

¹⁵² PEREIRA, Cristiano Padial Fogaça. **Dissolução Parcial de Sociedades Limitadas; Retirada e Exclusão de Sócio**. São Paulo: Almedina, 1 ed. 2021. P. 123

¹⁵³ PEREIRA, Cristiano Padial Fogaça. **Dissolução Parcial de Sociedades Limitadas; Retirada e Exclusão de Sócio**. São Paulo: Almedina, 1 ed. 2021. P. 123

A parte final do artigo 600 do Código de Processo Civil, em seu parágrafo único, trouxe uma mudança radical quanto ao tratamento dado ao ex-cônjuge ou ex-companheiro do sócio.

Anterior ao Código Civil de 2015, protegia-se o patrimônio da pessoa jurídica, impossibilitando aos herdeiros e ex-cônjuges a exigência da liquidação da quota do sócio, zelando pela preservação do *affectio societatis*, não permitindo a tais pessoas a aquisição das quotas da sociedade e os direitos políticos.¹⁵⁴

A luz do disposto no artigo 1.027 do Código Civil¹⁵⁵, os herdeiros de cônjuge de sócio ou o ex-cônjuge ou ex-companheiro de sócio não podem exigir a liquidação da parte que lhes cabe na quota social, mas devem receber mediante divisão periódica de lucros.

Nesse sentido, o ex-cônjuge e o ex-companheiro passam a ter direito de demandar a apuração de haveres. Passam a poder receber a parte que lhes cabe sem que adquiram o *status socii*. Complementa Sérgio Campinho e Mariana Pinto¹⁵⁶:

Entretanto, tal passo pressupõe que, segundo as regras do direito de família, de fato o ex-cônjuge ou o ex-companheiro tenha direito às quotas do sócio. Desse modo, caso as quotas se enquadrem no conceito de bens particulares – *i.e.*, se tiverem sido adquiridas antes do casamento ou do início da união estável; se tiverem sido transferidas, já na constância da relação, a título gratuito, por meio do recebimento de doação, herança ou legado; e, ainda, se tiverem sido sub-rogadas em seu lugar (artigo 1.659, inciso I, do Código Civil) – ou caso tenham sido adquiridas com valores exclusivamente pertencentes a um dos cônjuges ou companheiros em sub-rogação de seus bens particulares (artigo 1.659, inciso II, do Código Civil), o ex-cônjuge ou o ex-companheiro não terá direito de demandar a apuração de haveres. O mesmo ocorrerá, por óbvio, nas hipóteses em que imperar o regime da separação total de bens (artigos 1.687 e 1.641 do Código Civil).

Há contradição entre o *caput* e o parágrafo único do artigo 601 do Código de Processo Civil¹⁵⁷, enquanto o primeiro aponta que na ação de dissolução parcial a

¹⁵⁴ CAMPINHO, Sérgio; PINTO, Mariana. **A sociedade limitada na perspectiva de sua dissolução**. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. ISBN 9786555597462. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555597462/>. Acesso em: 29 set. 2022.

¹⁵⁵ Art. 1.027. Os herdeiros do cônjuge de sócio, ou o cônjuge do que se separou judicialmente, não podem exigir desde logo a parte que lhes couber na quota social, mas concorrer à divisão periódica dos lucros, até que se liquide a sociedade.

BRASIL. **Lei n. 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm. Acesso em: 29 set. 2022.

¹⁵⁶ CAMPINHO, Sérgio; PINTO, Mariana. **A sociedade limitada na perspectiva de sua dissolução**. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. ISBN 9786555597462. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555597462/>. Acesso em: 29 set. 2022.

¹⁵⁷ Art. 601. Os sócios e a sociedade serão citados para, no prazo de 15 (quinze) dias, concordar com o pedido ou apresentar contestação.

Parágrafo único. A sociedade não será citada se todos os seus sócios o forem, mas ficará sujeita aos efeitos da decisão e à coisa julgada.

sociedade e seus sócios devem ser citados, seu parágrafo único assevera que, estando todos os sócios citados, a sociedade não precisa compor a relação processual.¹⁵⁸

O dispositivo legal gera dúvida quanto a necessidade da citação da sociedade, estabelecendo que os sócios e a sociedade devem ser citados e após permitindo isentar o autor da ação da obrigatoriedade de citar a sociedade caso ocorra a citação de todos os sócios, estando a sociedade, mesmo assim, obrigada pela sentença que adviesse.¹⁵⁹

Sendo assim, os sócios via de regra serão arrolados no polo passivo da ação de dissolução parcial e de apuração de haveres.

Afirma Cristiano P. F. Pereira que “parte legítima é aquela que deverá sujeitar-se aos efeitos da decisão. Nesse sentido, a sociedade, e somente ela, deveria figurar no polo passivo da ação que objetive somente a apuração de haveres.”¹⁶⁰

Aduz Alfredo de Assis Gonçalves Neto que¹⁶¹:

Havia uma orientação jurisprudencial absolutamente equivocada que, tratando a retirada como se fosse dissolução parcial da sociedade, exigia que a relação processual fosse formada pelo retirante, como autor, pela sociedade e por todos os sócios, como réus. Essa orientação acabou sendo encampada pelo Código de Processo Civil de 2015 (art. 601) para todos os casos de desligamento de sócio, com a agravante de ser dispensada a citação da sociedade quando “todos os sócios o forem, mas ficará sujeita aos efeitos da decisão e da coisa julgada”. Não é caso, também de enfatizar a distinção que há entre a pessoa jurídica da sociedade e a de cada qual de seus sócios e nem é necessário perder tempo com a questão de saber como os sócios demandados, quando possuem responsabilidade limitada, podem livrar-se dos efeitos da sentença que, acolhendo a demanda, confere ao autor (retirante ou espólio ou sucessores do sócio falecido) um determinado crédito resultante da liquidação da quota. Por fim, nada é possível dizer em defesa da norma que determina o depósito pelos sócios da parte incontroversa dos haveres devidos (art. 604, parágrafo 1º), sabendo-se que devedores não são.

BRASIL. **Lei nº 13.105**, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm. Acesso em: 26 set. 2022.

¹⁵⁸ CASTRO, Maria Grimaldi. O processo de dissolução parcial de sociedade contratual regulamentado pelo CPC/2015. **Percursos Acadêmicos** (Revista Interdisciplinar da PUC Minas), Belo Horizonte, v. 9, n 17, jan/jun/2019. P. 79

¹⁵⁹ PEREIRA, Cristiano Padial Fogaça. **Dissolução Parcial de Sociedades Limitadas; Retirada e Exclusão de Sócio**. São Paulo: Almedina, 1 ed. 2021. P. 126

¹⁶⁰ PEREIRA, Cristiano Padial Fogaça. **Dissolução Parcial de Sociedades Limitadas; Retirada e Exclusão de Sócio**. São Paulo: Almedina, 1 ed. 2021. P. 126

¹⁶¹ NETO, Alfredo de Assis Gonçalves. **Direito de Empresa: Comentários aos Artigos 996 a 1.195 do Código Civil**. São Paulo: RT, 2019. P. 299

Nesta senda, a melhor alternativa seria sempre exigir a citação da sociedade, pois os efeitos acarretam diretamente a ela, assim como fica obrigada a realizar o pagamento dos haveres.

Não haverá a decretação da nulidade do processo, caso não seja a pessoa jurídica citada, mas ocorra a citação de todos os demais sócios, apropriando-se a lei de uma representação processual reflexa. Há de destacar, nesse ponto, existe um limite no que tange a essa relativização: o órgão de administração da sociedade deve ser composto por todos os sócios, não havendo assim a possibilidade de adotar a citação ficta da sociedade.¹⁶²

Sem isso, não há possibilidade de reputar que o sujeito está ao mesmo tempo citado como sócio e como representante da sociedade.¹⁶³

Em contraponto há defensores da ideia de que, especificamente nesses casos, os sócios irão conduzir-se em seu próprio nome e em nome da sociedade. “Por isso, aliás, o complemento regrado de a sociedade ficar sujeita não é só à eficácia do que decidido, mas também à coisa julgada (...).”¹⁶⁴

Nesse sentido a regra do *caput* prevalece, ficando a sociedade e os sócios parte do polo passivo, todavia, caso não houver a possibilidade de citação da sociedade, com a citação de todos os sócios, será considerada convocada para a relação processual.¹⁶⁵

4.2 APURAÇÃO DE HAVERES

Determina o artigo 603 do Código de Processo Civil¹⁶⁶ que, concordando o réu com o pedido de dissolução parcial, o juiz a decretará, passando a fase de apuração de haveres.

¹⁶² CAMPINHO, Sérgio. **Curso de Direito Comercial - Direito de Empresa**. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. ISBN 9786553620780. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553620780/>. Acesso em: 30 set. 2022. P. 90

¹⁶³ CAMPINHO, Sérgio. **Curso de Direito Comercial - Direito de Empresa**. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. ISBN 9786553620780. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553620780/>. Acesso em: 30 set. 2022. P. 90

¹⁶⁴ BUENO, Cassio Scarpinella. **A ação de dissolução parcial de sociedade**. In Fabio Ulhoa Coelho (coord), Tratado de direito comercial. v. 8. São Paulo: Saraiva, 2015. P.405-406.

¹⁶⁵ PEREIRA, Cristiano Padial Fogaça. **Dissolução Parcial de Sociedades Limitadas; Retirada e Exclusão de Sócio**. São Paulo: Almedina, 1 ed. 2021. P. 129

¹⁶⁶ Art. 603. Havendo manifestação expressa e unânime pela concordância da dissolução, o juiz a decretará, passando-se imediatamente à fase de liquidação.

§ 1º Na hipótese prevista no *caput*, não haverá condenação em honorários advocatícios de nenhuma das partes, e as custas serão rateadas segundo a participação das partes no capital social.

Ao participarem de uma sociedade, os sócios almejam a obtenção de lucros pela pessoa jurídica e a sua partilha entre os seus integrantes, e esse direito a partilha dos lucros gera um dos direitos patrimoniais essenciais do sócio.¹⁶⁷

O patrimônio da pessoa jurídica é completamente distinto do de seus sócios. Os bens conferidos pelos sócios ao capital social retornam somente em forma de participações societárias, mais especificamente em quotas de seu capital social, nos casos da sociedade limitada, as quais mensuram os direitos e obrigações dos sócios.¹⁶⁸

Em consequência do desfazimento do vínculo societário, vem a necessidade de proceder a liquidação da quota do sócio que foi excluído da sociedade. A apuração de haveres tem a pretensão de definir corretamente o que é devido pela quota de capital do sócio que não mais compreende como parte integrante do corpo social.¹⁶⁹

A apuração de haveres pode ser considerada como uma simulação da dissolução total da sociedade. É realizado levantamento contábil, reavaliando o valor de mercado, os bens corpóreos e incorpóreos tanto do patrimônio social quanto do passivo da sociedade. Após definir o patrimônio líquido da limitada, na data da dissolução parcial, a parte correspondente ao sócio excluído será a parcela deste, proporcional a sua quota parte no capital social.¹⁷⁰

Estabelece o artigo 604 do Código de Processo Civil¹⁷¹ como deve ocorrer o rito par a apuração de haveres na ação de dissolução parcial. O juiz deverá

§ 2º Havendo contestação, observar-se-á o procedimento comum, mas a liquidação da sentença seguirá o disposto neste Capítulo.

BRASIL. **Lei nº 13.105**, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm. Acesso em: 03 out. 2022.

¹⁶⁷ CAMPINHO, Sérgio; PINTO, Mariana. **A sociedade limitada na perspectiva de sua dissolução**. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. ISBN 9786555597462. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555597462/>. Acesso em: 03 out. 2022. P. 69

¹⁶⁸ CAMPINHO, Sérgio. **Curso de Direito Comercial - Direito de Empresa**. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. ISBN 9786553620780. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553620780/>. Acesso em: 03 out. 2022. P.93

¹⁶⁹ CAMPINHO, Sérgio; PINTO, Mariana. **A sociedade limitada na perspectiva de sua dissolução**. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. ISBN 9786555597462. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555597462/>. Acesso em: 03 out. 2022. P. 69

¹⁷⁰ COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de Direito Comercial: Direito de Empresa**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021. P. 447

¹⁷¹ Art. 604. Para apuração dos haveres, o juiz:

I - fixará a data da resolução da sociedade;
II - definirá o critério de apuração dos haveres à vista do disposto no contrato social; e
III - nomeará o perito.

§ 1º O juiz determinará à sociedade ou aos sócios que nela permanecerem que depositem em juízo a parte incontroversa dos haveres devidos.

§ 2º O depósito poderá ser, desde logo, levantando pelo ex-sócio, pelo espólio ou pelos sucessores.

primeiramente definir a data-base, data de resolução da sociedade, em seguida irá identificar critérios previstos no contrato social para a apuração de haveres e nomear perito para a realização de laudo técnico.¹⁷²

A fixação da data base é indispensável e extremamente importante ao início da apuração de haveres, portanto o magistrado deve fixar a data em que a sociedade foi parcialmente dissolvida, de fato.¹⁷³

Conforme disposto no artigo 605 do Código de Processo Civil em seu inciso IV e V¹⁷⁴, nas hipóteses exclusão extrajudicial a data será o transito em julgado da decisão que decretar a dissolução parcial, já na exclusão extrajudicial de sócio será contada a data da assembleia ou reunião de sócios que a tiver deliberado.

Ademais, o magistrado deve designar os critérios para a apuração de haveres, de acordo com o previsto no contrato social. Caso não ocorra a fixação dos critérios, as partes podem usufruir da oportunidade para reflexão a respeito da melhor estratégia processual, se interpõem recurso ou deixam o processo fluir.¹⁷⁵

Estando omissos o contrato social, observa-se a regra geral de apuração de haveres segundo o qual, não pode o sócio receber valor dessemelhante do que receberia em caso de dissolução total, garantindo o equilíbrio na composição dos interesses. A apuração de haveres defini o valor do reembolso ao simular a dissolução da sociedade, sendo assim, a liquidação da quota só irá utilizar critérios diferentes se previsto no contrato social.¹⁷⁶

§ 3º Se o contrato social estabelecer o pagamento dos haveres, será observado o que nele se dispôs no depósito judicial da parte incontroversa.

BRASIL. **Lei nº 13.105**, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm. Acesso em: 04 out. 2022.

¹⁷² PEREIRA, Cristiano Padial Fogaça. **Dissolução Parcial de Sociedades Limitadas; Retirada e Exclusão de Sócio**. São Paulo: Almedina, 1 ed. 2021. P. 134

¹⁷³ PEREIRA, Cristiano Padial Fogaça. **Dissolução Parcial de Sociedades Limitadas; Retirada e Exclusão de Sócio**. São Paulo: Almedina, 1 ed. 2021. P. 134

¹⁷⁴ Art. 605. A data da resolução da sociedade será:

I - no caso de falecimento do sócio, a do óbito;

II - na retirada imotivada, o sexagésimo dia seguinte ao do recebimento, pela sociedade, da notificação do sócio retirante;

III - no recesso, o dia do recebimento, pela sociedade, da notificação do sócio dissidente;

IV - na retirada por justa causa de sociedade por prazo determinado e na exclusão judicial de sócio, a do trânsito em julgado da decisão que dissolver a sociedade; e

V - na exclusão extrajudicial, a data da assembleia ou da reunião de sócios que a tiver deliberado.

BRASIL. **Lei nº 13.105**, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm. Acesso em: 04 out. 2022.

¹⁷⁵ PEREIRA, Cristiano Padial Fogaça. **Dissolução Parcial de Sociedades Limitadas; Retirada e Exclusão de Sócio**. São Paulo: Almedina, 1 ed. 2021. P. 136

¹⁷⁶ COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de Direito Comercial: Direito de Empresa**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021. P. 447

O pagamento de haveres, decorre no mesmo sentido, deve ser seguido o que dispõem o contrato social. Caso omissivo, far-se-á no prazo de 90 dias, contados a partir da liquidação da quota. Em regra geral, pagamento deve ser realizado em dinheiro, preservando a destinação dada ao patrimônio social.¹⁷⁷

Nesta senda, a forma de pagamento segue o mesmo raciocínio, devendo seguir o disposto no contrato social para verificar a possibilidade do pagamento de forma parcelada do valor final, com a decisão já transitada em julgado. Ressalta Cristiano P. F. Pereira que, “já decorrido o prazo de doze meses, previsto em contrato – por exemplo -, por conta do curso processual, a sociedade deverá depositar o saldo à vista, conforme orientação clara da jurisprudência atual.”¹⁷⁸

O critério utilizado para a liquidação dos haveres, conforme o artigo 606 do Código de Processo Civil, há de ser a utilização de balanços de determinação, traçado pelo perito judicial, sob a aprovação do sócio excluído ou retirante. Os critérios são determinados com base na data da dissolução parcial, relativo aos valores de saída, o qual tem por finalidade simular o quinhão de bens que compõem o ativo da sociedade caso fossem alienados a terceiros, guiados pelo valor de mercado.¹⁷⁹

A legislação utiliza a expressão “situação patrimonial”, permitindo assim, quando for o caso, que seja adotado o método de avaliação do fluxo de caixa descontado, o qual considera o valor econômico da pessoa jurídica pela movimentação que ela gera, por previsão futura, levando em conta um percentual de risco assumido a ser abatido.¹⁸⁰

Elucida Wilson Alberto Zappa Hoog sobre a definição de caixa descontrolado¹⁸¹:

¹⁷⁷ CAMPINHO, Sérgio; PINTO, Mariana. **A sociedade limitada na perspectiva de sua dissolução**. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. ISBN 9786555597462. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555597462/>. Acesso em: 05 out. 2022. P. 71

¹⁷⁸ PEREIRA, Cristiano Padial Fogaça. **Dissolução Parcial de Sociedades Limitadas; Retirada e Exclusão de Sócio**. São Paulo: Almedina, 1 ed. 2021. P. 140

¹⁷⁹ Art. 606. Em caso de omissão do contrato social, o juiz definirá, como critério de apuração de haveres, o valor patrimonial apurado em balanço de determinação, tomando-se por referência a data da resolução e avaliando-se bens e direitos do ativo, tangíveis e intangíveis, a preço de saída, além do passivo também a ser apurado de igual forma.

Parágrafo único. Em todos os casos em que seja necessária a realização de perícia, a nomeação do perito recairá preferencialmente sobre especialista em avaliação de sociedades.

BRASIL. **Lei nº 13.105**, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm. Acesso em: 05 out. 2022.

¹⁸⁰ GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. **Direito de empresa: comentários aos artigos 966 a 1.195 do Código Civil**. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2019. P. 315-316

¹⁸¹ HOOG, Wilson Alberto Zappa. **Resolução de sociedade e avaliação do patrimônio na apuração de haveres**. 4ª ed. Curitiba: Juará, 2010. P. 104-107

O produto contábil fluxo de caixa descontado é uma tecnologia científica contábil que tem por objeto a movimentação do caixa, e, por objetivo, a mensuração monetária do saldo de caixa pelo sistema denominado regime de caixa em um longo período, normalmente de cinco a dez anos. Demonstra esta tecnologia o saldo final de caixa a valor presente por uma taxa de desconto igual ao dobro da taxa de remuneração do capital investido, taxa média ponderada de juros entre o capital próprio e o de terceiros, conhecida como taxa de atratividade. Tem por função 'ser um instrumento de gestão', revelar pelo demonstrativo a situação projetada do caixa, que procura avaliar, assim, apenas o negócio retorno do capital e o valor estimado da perpetuidade do negócio, o resultado futuro, entendendo-se este negócio como o objeto social de uma sociedade, 'empresa', uma ou mais atividades (...)

Ao incluir o fluxo de caixa descontado ao balanço de determinação é uma configuração plausível de se alcançar o valor real dos haveres.¹⁸²

Esses métodos são suscetíveis de utilização, levando em conta cada caso concreto e, tem como objetivo a determinação da situação patrimonial da sociedade para após liquidar a quota do sócio.¹⁸³

O artigo 604, II do Código de Processo Civil¹⁸⁴, ressalta o posicionamento de que deve prevalecer o critério de apuração de haveres estabelecido no contrato social, somente em caso de omissão, o magistrado tem a liberdade de definir em conformidade com o artigo 606 do Código de Processo Civil.¹⁸⁵

Conforme expresso no artigo 606 do Código de Processo Civil, os sócios tem plena liberdade para deliberar os critérios de apuração que constará no contrato social para fortuita ação judicial de apuração de haveres. Luís Felipe Spinelli demonstra a quão importante é essa liberdade aos sócios, sendo que podem encontrar a forma de apuração de haveres mais adequada a sua atividade, em contrapartida, aduz que há limites para a liberdade contratual¹⁸⁶:

De qualquer forma, a liberdade outorgada pelo legislador, deve ser utilizada dentro de certos limites, devendo o método adotado para a apuração de

¹⁸² PEREIRA, Cristiano Padial Fogaça. **Dissolução Parcial de Sociedades Limitadas; Retirada e Exclusão de Sócio**. São Paulo: Almedina, 1 ed. 2021. P. 145

¹⁸³ GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. **Direito de empresa: comentários aos artigos 966 a 1.195 do Código Civil**. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2019. P. 315-316

¹⁸⁴ Art. 604. Para apuração dos haveres, o juiz:

I - fixará a data da resolução da sociedade;

II - definirá o critério de apuração dos haveres à vista do disposto no contrato social; e

III - nomeará o perito.

BRASIL. **Lei nº 13.105**, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm. Acesso em: 27 out. 2022.

¹⁸⁵ PEREIRA, Cristiano Padial Fogaça. **Dissolução Parcial de Sociedades Limitadas; Retirada e Exclusão de Sócio**. São Paulo: Almedina, 1 ed. 2021. P. 145

¹⁸⁶ SPINELLI, Luís Felipe. **Exclusão de Sócio na Sociedade Limitada**. São Paulo: Quartier Latim, 2015. P. 508

haveres guardar relação com o desempenho econômico da sociedade, não se podendo utilizar um valor fixo ou arbitrário, sob pena de existir verdadeiro enriquecimento sem causa de pessoa jurídica ou do excluído.

Infere-se, pois, que a lei deve cuidar da situação do sócio na fase da apuração de haveres. É certo que a avaliação do patrimônio demanda tempo considerável, ainda que todos estejam de acordo quanto aos critérios utilizados na avaliação. Até a data da dissolução o sócio em relação a qual a sociedade foi dissolvida, deve receber sua participação nos resultados, e sendo o caso, juros sobre o capital próprio e após a data da dissolução parcial, somente será credor do reembolso, com as devidas correções monetárias e juros legais ou contratuais.¹⁸⁷

¹⁸⁷ COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de Direito Comercial**: Direito de Empresa. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021. P. 447

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade empresária tem como objeto uma atividade econômica, organizada para a produção ou circulação de bens ou de serviço, a atividade de empresa. Decorrente a isso, a forma societária mais utilizada atualmente no Brasil é a sociedade limitada, o grande fator a ser considerado pode ser a limitação da responsabilidade do sócio e o fato de ser uma sociedade de pessoas.

Demonstrado o imprescindível desenvolvimento da finalidade econômica pelas sociedades, o princípio da preservação da empresa, consiste na noção de que a empresa necessita indispensavelmente cumprir uma função social, devendo assim, na medida do possível, ser preservada por conta do interesse público.

Nesse sentido, temos o instituto da exclusão de sócios que, afastando a ruptura do contrato social, visa dissolver parcialmente a sociedade e afastar somente o sócio que cause prejuízos a sociedade. Resultando em grande relevância como instrumento de proteção imediata e direta da sociedade e indireta dos sócios.

Extrai-se do Código Civil as causas e os elementos de exclusão de sócios: a) Exclusão por não integralização do valor subscrito, b) Falência do sócio ou cuja cota foi liquidada por um credor, c) Exclusão por falta grave, d) Exclusão por incapacidade superveniente, e) Exclusão por justa causa, d) Exclusão do sócio minoritário.

Na primeira hipótese, verificou-se a possibilidade de a sociedade decidir entre cobrar o valor devidamente atualizado do sócio, excluí-lo ou reduzir sua participação a quantia já integralizada. Isso mediante a notificação do sócio inadimplente no seu dever conferido.

Por sua vez, a exclusão do sócio declarado falido ou cuja cota foi liquidada por um credor, são hipóteses de exclusão de pleno direito, na qual não confere a sociedade a prerrogativa de exclusão.

Em análise ao alcance do domínio judicial relativo a exclusão de sócio, dispensada as hipóteses em que a lei determina necessariamente a exclusão, o juiz deve analisar se ocorreram fatos considerados como falta grave por parte do excluindo, são condutas que desrespeitem e coloquem em risco a preservação da pessoa jurídica.

Outrossim, tratando-se de exclusão judicial, houve a abordagem da exclusão por incapacidade superveniente, na qual necessita da iniciativa da maioria dos demais sócios.

O contrato social pode conter a previsão de quando se enquadra a justa causa, resguardando os interesses de todos os sócios, essa hipótese de exclusão advém do dever de colaboração do sócio. Exigindo a previsão contratual para que ocorra de forma extrajudicial. Do mesmo modo, havendo a previsão contratual, há possibilidade de exclusão do sócio minoritário, para isso acontecer, deve necessariamente conter justa causa.

Em aspectos processuais houve a abordagem da dissolução parcial, que é a resolução da sociedade em relação ao sócio falecido, excluído ou retirante. Nesta ação pode ter como o objeto de pedido, somente a apuração de haveres, somente a exclusão do sócio ou ambos simultaneamente.

A exclusão de sócio recai na perda da condição de participe da sociedade, não implicando em seu direito patrimonial e, possuindo o direito a reembolso equivalente à sua participação, nesse sentido a apuração de haveres, busca determinar o valor da participação societária do sócio que se desliga ou é excluído da sociedade, transformando o direito patrimonial abstrato em crédito líquido e exigível.

Por fim, a de contatar que o instituto da exclusão de sócio vem imputando-se relevante no direito empresarial moderno, visto que tem a finalidade de defender a sociedade contra um mal interno que ameaça seu funcionamento. Além da lei e a doutrina estarem em decoro com os interesses da sociedade, demonstrando o significativo avanço ao direito societário.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Amador Paes D. **Manual das Sociedades Comerciais**. São Paulo: Editora Saraiva, 2018. E-book. 9788553601592. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553601592/>. Acesso em: 19 ago. 2022.

BECKER, Rosangela Erhardt. **A Quebra da Affectio Societatis Como Justa Causa para Exclusão de Sócio de Sociedade Limitada**. 2011. 87 f. TCC (Graduação em Direito) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2011.

BELIZA, Danilo Lopes: Exclusão Do Sócio Na Sociedade Limitada: Uma Análise Crítica E Comparativa Sobre O Conceito De Justa Causa. **Revista Científica Semana Acadêmica**, v. 01, p. 01-15, 2019.

BRASIL. **Lei n. 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em: 19 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.105**, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em: 26 set. 2022.

BUENO, Cassio Scarpinella. **A ação de dissolução parcial de sociedade**. In Fabio Ulhoa Coelho (coord), Tratado de direito comercial. v. 8. São Paulo: Saraiva, 2015.

CAMPINHO, Sergio. **Curso de direito comercial - direito de empresa**. São Paulo: Saraiva, 2020. 9788553618781. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553618781/>. Acesso em: 04 abr. 2022.

CAMPINHO, Sérgio; PINTO, Mariana. **A sociedade limitada na perspectiva de sua dissolução**. São Paulo: Saraiva, 2021. 978655597462. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978655597462/>. Acesso em: 04 abr. 2022.

CASTRO, Maria Grimaldi. O processo de dissolução parcial de sociedade contratual regulamentado pelo CPC/2015. **Percursos Acadêmicos (Revista Interdisciplinar da PUC Minas)**, Belo Horizonte, v. 9, n 17, jan/jun/2019.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração: Teoria, Processo e Prática**. São Paulo: Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786559773305. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559773305/>. Acesso em: 01 nov. 2022.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial** - Direito de Empresa. São Paulo: Saraiva, 2021.

DINIZ, Gustavo S. **Curso de Direito Comercial**. São Paulo: Grupo GEN, 2019. 9788597022438. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597022438/>. Acesso em: 08 abr. 2022.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro** - Direito de Empresa. São Paulo: Saraiva, 2017.

FIRMO, Rafael Santiago. **Exclusão do Sócio na Sociedade Limitada**. 2011. Tese (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes; VON ADAMEK, Marcelo Vieira. **Da ação de Dissolução Parcial de Sociedade: comentários breves ao CPC/2015**. São Paulo: Malheiros, 2016.

FREITAS, Aline R. Ferreira. **A exclusão do sócio por falta grave na sociedade Ltda, Jusbrasil, 2014.** Disponível em: <https://teixeirafreitasadvocacia.jusbrasil.com.br/artigos/161912633/a-exclusao-do-socio-por-falta-grave-na-sociedade-ltda>. Acesso em: 30 de ago. de 2022.

GONÇALVEZ NETO, Alfredo de Assis. **Direito de empresa: comentários aos artigos 966 a 1.195 do Código Civil**. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2019.

HENTZ, Luiz Antonio Soares; DIAS, Fabio Marques: **Exclusão Extrajudicial do Sócio Minoritário de Sociedade Limitada**. Revista de Informação legislativa, V.197.

HOOG, Wilson Alberto Zappa. **Resolução de sociedade e avaliação do patrimônio na apuração de haveres**. 4ª ed. Curitiba: Juará, 2010.

MARTINELLI, Juliana Cristina. **Hipóteses de exclusão de sócio de sociedade limitada empresária**. 2006. Tese (Mestrado em Direito Econômico e Social) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2006.

MAMEDE, Gladston. **Direito Empresarial Brasileiro** - Direito Societário. São Paulo: Grupo GEN, 2021. 9788597027280. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597027280/>. Acesso em: 04 abr. 2022.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2010.

NETO, Alfredo de Assis Gonçalves. **Direito de Empresa: Comentários aos Artigos 996 a 1.195 do Código Civil**. São Paulo: RT, 2019.

OSHIRO, Denise Keiko. **Da Exclusão do sócio na Sociedade Limitada**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/307853/da-exclusao-do-socio-da-sociedade-limitada>. 24/04/2022. Acesso em: 19 de junho de 2022.

PEREIRA, Cristiano Padial Fogaça. **Dissolução Parcial de Sociedades Limitadas; Retirada e Exclusão de Sócio**. São Paulo: Almedina, 1 ed. 2021.

REVISTA CONSULTOR JURÍDICO. **Lei que muda quóruns de deliberação dos sócios da sociedade limitada é sancionada**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2022-set-22/lei-muda-quorum-deliberacao-sociedade-limitada-sancionada>. Acesso em: 28 out. 2022.

SPINELLI, Luiz Felipe. **A Exclusão de Sócio por Falta Grave na Sociedade Limitada: Fundamentos, Pressupostos e consequências**. 2014. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

TERRA, João Lucas; TEIXEIRA. Tarcisio. **Inconstitucionalidade da Exclusão Unilateral do sócio Minoritário nas Sociedades Limitadas**. Revista Brasileira de Direito Comercial, V. 39, P. 54-72, 2021.

THADEU, Felipe Etchalus. **A exclusão de sócio pela quebra da “affectio societatis” na sociedade limitada**. 2019. Tese (graduação em Direito) – Faculdade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. P. 32

TOMAZETTE, Marlon. **Curso de Direito Empresarial - Teoria Geral e Direito Societário**. São Paulo: Atlas, 2017.

VENOSA, Sílvio de S. **Direito Empresarial**. São Paulo: Grupo GEN, 2020. 9788597024791. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597024791/>. Acesso em: 04 abr. 2022.

VIO, Daniel de Avila. **A exclusão de Sócios na Sociedade Limitada de Acordo com o Código Civil de 2002**. 2008. Tese (Mestrado em Direito Comercial) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ZANETTI, Robson. **Manual da sociedade limitada**. Curitiba: Juruá, 2007.